



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EXTENSÃO RURAL**

**SAÚDE DO TRABALHADOR E ECONOMIA SOLIDÁRIA:
APROXIMAÇÕES NO PROJETO ESPERAN-
ÇA/COOESPERANÇA**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Mônica Rosa Zeni

Santa Maria, RS, Brasil

2010

**SAÚDE DO TRABALHADOR E ECONOMIA SOLIDÁRIA:
APROXIMAÇÕES NO PROJETO ESPERANÇA/COOESPERANÇA**

por

MÔNICA ROSA ZENI

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Extensão Rural do Centro de Ciências Rurais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestre em Extensão Rural.**

Orientador: Prof. Dr. Marco Antônio Verardi Fialho

Santa Maria, RS, Brasil

2010

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Rurais
Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a
Dissertação de Mestrado

**SAÚDE DO TRABALHADOR E ECONOMIA SOLIDÁRIA: APRO-
XIMAÇÕES NO PROJETO ESPERANÇA/COOESPERANÇA**

elaborada por
MÔNICA ROSA ZENI

como requisito parcial para a obtenção do grau de
Mestre em Extensão Rural

Comissão examinadora:

**Prof. Dr. Marco Antônio Verardi Fialho
(Presidente/Orientador)**

Prof^a. Dra. Marta Maria Medeiros Frescura Duarte (ULBRA)

Prof. Dr. José Geraldo Wizniewsky (UFSM)

Santa Maria, 31 de Agosto de 2010.

DEDICATÓRIA

Este estudo é dedicado a todas as pessoas que acreditam e lutam por um mundo no qual a vida seja respeitada e que buscam no trabalho, o caminho para uma vida digna e feliz.

O resultado final deste trabalho é dedicado aos meus amores e, em especial, aos meus pais e aos meus filhos, motivos da minha luta constante pela vida...

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, pela paciência e ousadia em estimular a “aventura” de uma Fisioterapeuta pelas Ciências Sociais;

Ao corpo docente do PPGExR, em especial aos professores José Geraldo e Renato;

À professora Marta, grande incentivadora e amiga;

Aos colegas de Mestrado, em especial meus grandes parceiros Maida e Júlio;

Aos meus amigos que nestes dois anos foram meu estio e acolhimento: Ariane, Neuman, Jocemar, Fernanda, Marta, Vilson, Regina, Vanir, Ângela, Juliana e Clayton;

Aos meus alunos e colegas da UFSM, ULBRA e da FISMA, motivadores da minha paixão pela educação;

À Ivone, minha grande e querida cúmplice de todas as horas;

A todos os integrantes do Projeto Esperança/Coesperança, pela acolhida e exemplos de vida;

E a todos os profissionais que, como eu, acreditam nos ideais da saúde coletiva e lutam incessantemente pela qualidade da vida humana.

“Podemos considerar a saúde como um valor universal, elemento constitutivo da humanidade, portanto um valor para todas as classes e acima das classes. Algo a ser obtido por todos os habitantes do planeta. (...) A saúde é então componente fundamental da democracia e da cidadania. (...) A noção de direitos nos remete à definição de cidadania, não só pela essência formal dos direitos civis, políticos e sociais, mas pela possibilidade efetiva de exercê-los.”

Sarah Escorel (1995)

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural
Universidade Federal de Santa Maria

Saúde do trabalhador e economia solidária: aproximações no projeto Esperança/Coesperança

AUTORA: MÔNICA ROSA ZENI
ORIENTADOR: Marco Antônio Verardi Fialho

Data e local de Defesa: Santa Maria 31 de agosto de 2010.

A economia solidária é uma forma de organização social centrada nos princípios filosóficos do trabalho cooperativo e em rede, uma economia alternativa em meio à lógica capitalista. Trata-se de uma reorientação dos espaços de vida e trabalho sob a perspectiva de organização social em defesa da vida, rumo a um desenvolvimento solidário e sustentável. Entendendo que a organização social e econômica determina diferentes processos de trabalho e padrões de vida, este estudo buscou relacionar a saúde do trabalhador a sua inserção em um empreendimento solidário. Considerando existir uma aproximação discursiva entre as políticas públicas brasileiras de Economia Solidária e Saúde, a pesquisa objetivou investigar estas relações, possivelmente presentes, no discurso dos sujeitos envolvidos no Feirão Colonial do Projeto Esperança/Coesperança, em Santa Maria – RS. De forma a contemplar esta proposta, foi utilizado o Enfoque Ecosistêmico de Saúde tendo como instrumento de análise o conteúdo das entrevistas realizadas com lideranças, agricultores e consumidores. Os resultados evidenciaram a importância da relação saúde-trabalho e a organização da cadeia produtiva na lógica da economia solidária como potencial condicionante da melhora da saúde dos trabalhadores.

Palavras chave: economia solidária; saúde do trabalhador; saúde; trabalho rural

ABSTRACT

Master's Dissertation
Postgraduate Program in Rural Extension
Universidade Federal de Santa Maria

Occupational health and solidarity economy: Featured in the project Esperança / Cooesperança

Author: Mônica Rosa Zeni
Adviser: Marco Antonio Verardi Fialho

Date and place: Santa Maria August 31, 2010.

Solidarity economy is a form of social organization based on collaborative work and networking, it's an alternative economy that became a reality amid the current capitalist logic. It's a proposal that provides a new orientation of life space and social interactions, from a perspective of sustainable development, solidarity and quality of life. Considering that the social and economic organization allows different work processes and standards of living, this study sought to relate workers' health conditions to their participation into a solidarity initiative. Considering the discursive approach through Brazilian public policies of solidarity and health, the present research aimed to investigate its relationships and possibly effectiveness by making interviews and analysing testimonials from people involved in a solidarity project called Feirão Colonial Projeto Esperança/Coesperança, created in Santa Maria, Brazil. In order to reach this goal, a health/ecosystem approach were used to guide and analyze the content of the interviews which were carried out with leaders, farmers and consumers. The results showed that there is a close relation between health and work, and how important it is to have a well organised productive chain followed by a logic based on solidarity economy. In addition to this perspective this assignment could show how important and influential is this new social organization in providing improvements in workers' health conditions.

Key-words: economy; occupational health; health; rural work

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1. Marca do Fórum Brasileiro de Economia Solidária

FIGURA 2. Convite para a abertura da II CONAES

FIGURA 3. Marca do Sistema Nacional de Informação em Economia Solidária

FIGURA 4. Capa: A pobreza, Riqueza dos Povos. Tévoèdjere (2002)

FIGURA 5. Dom Ivo Lorscheiter

FIGURA 6. Marca do Projeto Esperança/Coesperança

FIGURA 7. Centro de Referência de Economia Solidária Dom Ivo Lorscheiter

FIGURA 8. Cartaz de divulgação da 17ª FEICOOP

FIGURA 9. Pavilhões do Feirão Colonial

FIGURA 10. Localização do Centro de Referência de Economia Solidária

FIGURA 11. Pavilhão de comercialização de hortifrutigranjeiros durante o Feirão

LISTA DE ABREVIATURAS

ABCRED – Associação Brasileira de Gestores de Entidades de Micro-Crédito
ANTEAG - Associação Brasileira dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão e Participação Acionária
CIST – Comissão Intersectorial de Saúde do Trabalhador
CONAES – Conferência Nacional de Economia Solidária
8ª CNS – 8ª Conferência Nacional e Saúde
CNS – Conselho Nacional de Saúde
COREDE – Conselho Regional de Desenvolvimento
ECOSOL – Economia Solidária
EPS – Economia Popular Solidária
ES – Economia Solidária
ESP/RS – Escola de Saúde Pública do Rio Grande do Sul
FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FEICOOP – Feira Estadual do Cooperativismo Alternativo
FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos do Ministério da Ciência e Tecnologia
IMS – Instituto Marista Solidarietà
LOS – Lei Orgânica da Saúde
MT – Medicina do Trabalho
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
OIT – Organização Internacional do Trabalho
ONG – Organização Não-Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
PACs – Projetos Alternativos Comunitários
PNPS – Política Nacional de promoção de Saúde
PNSST – Política Nacional de Segurança e Saúde do Trabalhador
RENAST – Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador
SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária
SIES – Sistema Nacional de Informação em Economia Solidária
SO – Saúde Ocupacional
ST – Saúde do Trabalhador
SUS – Sistema Único de Saúde

UFSM – Universidade Federal de Santa Maria

UNITRABALHO – Fundação Universitária de Estudos e Projetos do Ministério da
Ciência e Tecnologia

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA.....	iv
AGRADECIMENTOS.....	v
EPIÍGRAFE.....	vi
RESUMO.....	vii
ABSTRACT.....	viii
LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	ix
LISTA DE ABREVIATURAS	x
INTRODUÇÃO	01
1 ECONOMIA, TRABALHO E SAÚDE NA CONSTRUÇÃO DE UM OUTRO MUNDO POSSÍVEL	04
1.1 ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL	04
1.2 ECONOMIA SOLIDÁRIA NO RS - O PROJETO ESPERANÇA / COOESPERANÇA	13
1.3 SAÚDE DO TRABALHADOR	21
1.4. TRABALHO RURAL E SAÚDE	28
2. METODOLOGIA	33
2.1 Caracterização da Pesquisa	33
2.2 Local da pesquisa	34
2.3 Amostra	35
2.4 Critérios de inclusão	36
2.5 Instrumentos de pesquisa	37
2.6 Interpretação dos achados da pesquisa	38
3 ECONOMIA SOLIDÁRIA E PROJETO ESPERANÇA COOESPERANÇA	40
4 SAÚDE E SAÚDE DO TRABALHADOR	57
CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	73
ANEXOS.....	80

INTRODUÇÃO

A Economia Solidária é um conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, finanças e consumo organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores. Uma forma de organização social autogestionária, centrada no trabalho cooperativo e em rede, que objetiva a inclusão social, a geração de renda para uma vida digna e a sustentabilidade ambiental. Esta forma de fazer economia tem sua gênese nos movimentos sociais e cresce no Brasil desde a década de 1980, em meio à lógica capitalista, sob novas formas de geração de trabalho e renda.

Considerando a diversidade das atividades humanas e o valor do trabalho como fundamentos de cidadania, os empreendimentos solidários se diferenciam na formação da cadeia produtiva legitimando demandas sociais, entre elas, as relacionadas à saúde do trabalhador. Os espaços de vida e trabalho pensados como um conjunto colocam a economia solidária numa perspectiva de organização social para a defesa da vida e da saúde.

A saúde é um direito universal no Brasil e está condicionada diretamente por questões relacionadas à organização social e econômica do país. Neste sentido, a Saúde do Trabalhador constitui-se enquanto campo de prática e pesquisa que não se restringe ao sistema de saúde. A conexão saúde-trabalho, portanto, é uma relação que se evidencia nas diferentes formas de organização econômica, caracterizando-se como um vasto espaço de investigação e ação intersetorial.

A saúde do trabalhador é um objeto de estudo da Saúde Coletiva; porém, quando se refere ao trabalho rural, a tendência é o desenvolvimento de pesquisas e práticas profissionais que focalizam o uso de equipamentos de proteção e insumos agrícolas, suas repercussões fisiológicas, psíquicas e ambientais. Um exemplo disto é a constatação de que a maioria dos materiais impressos distribuídos pelo Ministério da Saúde, tratam da saúde do trabalhador rural basicamente em torno das intoxicações por uso de agrotóxico.

A ampliação desta visão valoriza o trabalho rural e incentiva a mobilização para assegurar a cidadania do homem do campo. É justamente a promoção desta cidadania uma das propostas que agrega trabalhadores no Projeto Esperan

ça/Cooesperança que, há mais de vinte anos, propõe a Economia Solidária como uma estratégia de inclusão social e de desenvolvimento para Santa Maria e região.

Compreendendo que as dinâmicas de organização coletiva dos sujeitos envolvidos em empreendimentos solidários modificam seus processos de vida e trabalho, pode-se construir conexões entre a saúde do trabalhador e a economia solidária, sendo esta a motivação inicial para a presente pesquisa. Vale dizer: motivação pessoal de quem identifica a saúde como um direito humano e que entende o trabalho como fundamento de uma vida digna, elementos que alicerçam a construção de uma sociedade mais justa e verdadeiramente humanitária. O tema escolhido foi, portanto, a saúde coletiva - objeto diretamente ligado a minha trajetória acadêmica e atuação como profissional de saúde e docente, identificada com os processos de educação e de promoção de saúde.

Considerando que existe uma aproximação discursiva entre as políticas públicas e as práticas sociais de saúde e de economia solidária (identificadas como estratégias de promoção de cidadania e desenvolvimento) e que a saúde do trabalhador é determinada pela sua inserção em diferentes formas de organização social e econômica, tornou-se pertinente eleger como problema de pesquisa a seguinte questão: a inserção dos agricultores em processos de trabalho que possuem como base a Economia Solidária tem repercussão sobre a saúde destes trabalhadores?

Esta questão norteadora levou à eleição do objetivo geral deste estudo: investigar as relações entre economia solidária e a saúde dos trabalhadores rurais envolvidos no Feirão Colonial do Projeto Esperança/Cooesperança. A partir disto delimitaram-se os seguintes objetivos específicos: identificar a concepção de saúde dos sujeitos envolvidos no Feirão Colonial; compreender se os sujeitos percebem sua inserção em empreendimentos de economia solidária como condicionantes de promoção de saúde; e verificar a relevância das mudanças de vida e trabalho a partir das relações estabelecidas no Projeto.

O Projeto Esperança/Cooesperança é uma referência nacional em economia solidária e suas atividades de comercialização se organizam na denominada "Teia Esperança" que tem como ponto de articulação o Terminal de Comercialização direta, onde se realiza semanalmente o "Feirão Colonial". A feira é organizada em três pavilhões e estruturada em segmentos de produção e comercialização que envol-

vem artesanato, agroindústrias, panificação, prestação de serviços e hortifrutigranjeiros.

Em coerência com o enfoque ecossistêmico¹ que pressupõe a delimitação do universo que represente empiricamente os problemas a serem estudados, este estudo utilizou o Feirão como unidade analítica e estruturou-se em uma amostra não-aleatória. Assim, tendo como foco a saúde do trabalhador rural, os interlocutores foram os atores sociais diretamente envolvidos com a produção, a comercialização e o consumo de produtos hortifrutigranjeiros no Feirão Colonial.

O estudo agora apresentado foi organizado em quatro capítulos. O primeiro trata da revisão de literatura sobre a Economia Solidária no Brasil e no Rio Grande do Sul, destacando o Projeto Esperança/Coesperança, além das relações entre saúde e trabalho rural; o segundo apresenta os encaminhamentos metodológicos do presente trabalho; o terceiro relaciona a Economia Solidária e o Projeto Esperança/Coesperança; no quarto discute-se as concepções de saúde relacionadas à saúde do trabalhador. As considerações finais buscam possíveis aproximações entre economia, saúde e solidariedade.

¹ O Enfoque Ecossistêmico é uma proposta metodológica de Minayo (2006). Este conteúdo está descrito no capítulo 2.

1 ECONOMIA, TRABALHO E SAÚDE NA CONSTRUÇÃO DE UM OUTRO MUNDO POSSÍVEL

1.1 Economia Solidária no Brasil

Desde sua origem, a Economia Solidária caracterizou-se pela criação de novas formas de sobreviver. Para Carneiro (2009), ela surgiu na Inglaterra, no século XIX, como um movimento social dos trabalhadores em luta contra o capitalismo. A autora afirma que esta luta aconteceu como consequência da crescente exploração da mão-de-obra e da automação da produção, que gerou a diminuição da renda dos artesãos.

No Brasil, o surgimento dos empreendimentos solidários cooperativos são caracterizados por Rutkowski e Lianza (2004) como reação à crise de desemprego que se estabeleceu na década de 1980 e que se agravou progressivamente com a exclusão provocada pelo fenômeno da globalização. Por esta característica reativa dos movimentos sociais, a história dos empreendimentos solidários os configuraram como experiências que surgem da associação de pessoas que vêem no trabalho coletivo uma alternativa de geração de trabalho e renda.

O surgimento desta nova economia no Brasil foi fomentado pelo movimento liderado pela Cáritas Brasileira, uma organização não-governamental da Igreja Católica, criada em 1956. Com o objetivo de contribuir para um mundo mais justo e digno, a Cáritas começou a desenvolver ações assistencialistas voltadas às pessoas excluídas da sociedade. Segundo Singer e Souza (2000), contando com fundos doados por organizações européias, estes projetos foram surgindo na tentativa de resolução de problemas cotidianos com as necessidades básicas de vida como acesso à água, à alimentação, à moradia e ao trabalho.

Os Projetos Alternativos Comunitários (PACs) surgiram no contexto de falência do milagre econômico e de reorganização social brasileira na década de 1980. A luta contra o regime militar, a recessão econômica, a inflação descontrolada, a diminuição dos empregos formais e o fortalecimento dos movimentos populares como alternativas de organização que valorizaram os espaços de vida e da política compunham este cenário. Considerando esta conjuntura, Bertucci e Alves da Silva

(2003), afirmam que, apesar de expressar o compromisso da Igreja Católica com o povo e como uma possibilidade real de que as pessoas do meio rural, organizadas e assessoradas pudessem sair da miséria, os PACs não foram uma iniciativa exclusiva da igreja. A Cáritas desenvolveu atividades em conjunto com alguns movimentos populares, grupos, comunidades e associações comunitárias.

Considerando o envolvimento com formas de sobreviver e estabelecer relações sociais solidárias e criativas, os PACs representaram uma alternativa às relações assistencialistas e tecnicistas. Para Icaza e Freitas (2006), estes projetos se configuraram como práticas de autogestão por estimularem atividades coletivas e enfatizarem relações de respeito e compartilhamento entre gestores, grupos e sujeitos propositores e executores dos projetos. Entre 1980 e 1999, grupos populares tanto urbanos quanto rurais, se envolveram em projetos sócio-organizativos e socioeconômicos. Na zona urbana foram grupos de trabalhadores informais, desempregados, sem-teto e moradores de áreas de risco. No meio rural, agricultores familiares, pequenos proprietários, agregados, arrendatários, meeiros, sem-terra e assentados.

Nesta perspectiva, para a Cáritas (2006), os PACs não tinham um fim em si mesmos por se constituírem em instrumento a serviço da organização cidadã dos excluídos. O objetivo era de que cada grupo fosse auto-sustentável, promovendo a melhora da qualidade de vida para muitas famílias em diferentes regiões do país. A construção de cisternas e barragens subterrâneas para captar água da chuva, as experiências de produção e comercialização de produtos agrícolas e a criação de pequenos animais são alguns exemplos de ações que visavam o resgate da luta por direitos, pelo sentido de ser cidadão.

Para Souza (apud Bertucci e Alves da Silva, 2003), os PACs deveriam ser instrumentos de fortalecimento das organizações e do protagonismo dos excluídos, combinando viabilidade econômica com a construção e a vivência de novos valores de solidariedade, autogestão e auto-determinação dos sujeitos. Com os projetos produtivos, formativos, de infra-estrutura comunitária e/ou sócio-comunitários, os grupos criaram novas formas de ver o trabalho e de lidar com as dificuldades. Foi este o movimento que provocou a união em torno de uma nova forma de fazer economia. Para a Cáritas (2006), com os PACs, uma economia popular solidária (EPS) já estava surgindo:

Os próprios PACs mostravam que era possível construir essa solidariedade com mais pessoas, produzir de uma forma ecologicamente correta, respeitar o meio ambiente e a saúde dos outros seres humanos, ter uma atitude de lealdade para o consumidor oferecendo produtos de qualidade a um preço acessível. Com todas essas atitudes, que envolvem principalmente a solidariedade e o respeito ao ser humano e à vida, uma crescente mudança de valores já estava acontecendo. (CÁRITAS, 2006, p. 09)

Entre 1995 e 2000, em meio ao debate sobre iniciativas de geração de trabalho e renda, esta transição dos PACs à EPS foi o foco de discussão da Cáritas, associações, cooperativas, movimentos e grupos populares. Neste período, foram avaliados os resultados dos projetos desenvolvidos por 179 grupos que envolveram 57 mil pessoas em todo o país. Os resultados desta avaliação, segundo a Cáritas (2006), apontam entre outros aspectos: a maior consciência ecológica que se refletiu na melhora da qualidade de vida tanto dos produtores quanto dos consumidores; o fortalecimento das relações comunitárias; o aperfeiçoamento das organizações populares; e a configuração dos PACs como instrumentos de luta por políticas públicas que buscavam garantir a melhora da qualidade de vida.

Segundo Bertucci e Alves da Silva (2003), os resultados desta avaliação no final da década de 1990, levaram a Cáritas a adotar medidas de fortalecimento e reorientação dos projetos vistos enquanto formas de apoio às iniciativas sustentáveis de desenvolvimento. Então, a partir destes projetos locais entendidos como instrumentos de mudança que precisavam de ampliação, a partir de 1996, iniciaram-se as estratégias para a construção de um novo ideal de desenvolvimento. Esta economia foi se configurando como uma alternativa, um meio de inclusão e justiça social. Com rumo à promoção de um desenvolvimento solidário e sustentável, paralelo à lógica capitalista, este movimento recebeu diferentes denominações. Entre elas, Economia Popular Solidária, Socioeconomia Solidária e Economia Solidária.

O Termo Economia Popular Solidária (EPS) é utilizado por Gaiger (1999) para descrever iniciativas populares de geração de trabalho e renda baseadas na livre associação de trabalhadores e nos princípios de auto-gestão e cooperação. Esta forma de organização é descrita por Coraggio (1997) como uma alternativa à economia capitalista caracterizada pela lógica de reprodução ampliada da vida e não pelo acúmulo de riquezas.

Desde 1980, identificadas como um modo especial de fazer economia, estas iniciativas populares foram consideradas como campo de pesquisa por Razeto (1999). Com base na idéia de que a economia popular é solidária, o autor formulou o conceito teórico de Economia Solidária (ECOSOL). Para ele, estas iniciativas pretendem disseminar uma cultura diferente do sistema atual pela reinvenção das relações sociais e têm como grande desafio a criação de espaços para que novas formas de trabalho e de vida sejam possíveis, em meio à economia capitalista vigente. Trata-se portanto, de um movimento marcadamente ideológico. O quadro comparativo entre economia capitalista, os PACs e a EPS (QUADRO 1) publicado no caderno de formação da Série Cartilhas da Cáritas (2006) ilustra bem esta perspectiva.

Aspectos	Economia capitalista	PACs	EPS
Lógica	Acumulação/ lucro	Auto-sustentação comunitária	Ampliação da qualidade de vida
Relações Internas	Patrão x empregado	Distribuição comunitária das tarefas	Autogestão cooperativa
Protagonismo	Representações empresariais	Representações comunitárias	Organizações do movimento de EPS
Educação	Competitividade/ individualista	Solidariedade/ comunitária	Solidariedade em rede
Projeto de Desenvolvimento	Monopolista, explorador do meio-ambiente e pessoas	Promoção humana, local	Desenvolvimento/ sociedade sustentável
Políticas	Excludente e compensatórias	Relações Comunitárias	Fortalecimento de redes e suas representações
Cadeia produtiva	Rede de Competição e exploração monopolista	Subsistência em articulação	Rede de complementariedade solidária

Quadro 1. Comparação entre a economia capitalista, os PACs e a EPS (CÁRITAS, 2006, p.16)

Singer e Kruppa (2004) afirmam que a democracia na gestão dos empreendimentos é o que distingue a economia solidária da capitalista. Já para Lechat (2002), existe mais um elemento diferencial. A autora afirma que, por estar pautada na valorização dos laços sociais de reciprocidade e na forma comunitária de propriedade, este conjunto de atividades econômicas tem uma lógica distinta tanto do mercado capitalista quanto da do Estado.

O termo Socioeconomia Solidária, utilizado por Arruda (1995), considera que este movimento transcende as iniciativas restritas ao econômico já que implica mudanças profundas nas relações culturais e sociais. Neste sentido, destaca a constru-

ção de um movimento cooperativista autogestionário, solidário e popular que envolva as esferas produtiva, comercial, financeira e de consumo.

O termo Economia Solidária (ES), segundo Singer e Souza (2000) refere-se a um modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado pelos marginalizados do mercado de trabalho. Para os autores, as cooperativas são as unidades típicas para proporcionar a posse coletiva dos meios de produção, a gestão democrática dos empreendimentos e a repartição da receita entre os cooperados.

Para Goerck (2009), a Economia Solidária constitui-se numa das formas dos sujeitos contestarem o sistema capitalista, seja por meio dos princípios que o respaldam, seja pela compreensão do modo de produção e comercialização em que predominam a individualidade, a competitividade e a conseqüente exclusão social. Para Nunes (2010) a Economia Solidária é um processo contínuo de aprendizado de como praticar ajuda mútua, a solidariedade e a igualdade de direitos tendo como elemento unificador a atividade econômica de alto componente social, ambiental e solidário.

A denominação adotada nas políticas públicas brasileiras é a Economia Solidária, que para o SIES (2008a) co-existe no modo de produção capitalista e nesse espaço atua também como crítica econômica e política. Então, apesar destes empreendimentos estarem incluídos no sistema, seus integrantes se contrapõem à lógica do capitalismo, tentando encontrar diferentes formas de produzir e comercializar seus produtos e serviços. Entre estas iniciativas estão a criação da moeda social, de redes de trocas e de bancos comunitários; e também os eventos, encontros, feiras e Fóruns de Economia Solidária que se constroem como espaços de discussão e projeção de um novo modelo de sociedade.

No Plano Setorial de Qualificação (PLANSEQ, 2010²), uma das modalidades do Plano de Qualificação Nacional que tem por objetivo qualificar os trabalhadores dos empreendimentos solidários, a descrição das práticas de ES são fundadas em relações de colaboração solidária. Relações inspiradas em valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica. Então, o pon-

² O PLANSEQ 2009/2010 foi desenvolvido pelo Projeto Esperança/Cooesperança proporcionando a formação de mais de 400 agentes em Economia Solidária. O encerramento e a avaliação dos cursos aconteceu no dia 28/08/2010 no Centro de Referência de Economia Solidária Dom Ivo Lorscheiter.

to central é o trabalhador e sua subsistência, e não o capital e o trabalho destinado ao lucro de outro.

É neste sentido que o Sistema Nacional de Informação em Economia Solidária (SIES, 2008b) define a ES como uma forma social de produção interna ao modo de produção capitalista. Uma alternativa no processo de produção e na apropriação dos resultados.

Visando a permanência e viabilidade econômica dos empreendimentos coletivos, que necessitam de políticas, programas sociais e instituições de apoio que os assessorem e financiem, em junho de 2003, o governo federal tornou a Economia Popular Solidária integrante da agenda pública brasileira. Esta conquista do movimento de Economia Solidária no Brasil, com o apoio da sociedade civil, se formalizou com a publicação da Lei Federal nº 10.683/2003.

O governo brasileiro criou a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) lotada no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Instituída pelo Decreto nº 4.764/2003, a SENAES tem por objetivo viabilizar e coordenar atividades de apoio à Economia Solidária em todo o território nacional, visando a geração de trabalho e renda, a inclusão social e a promoção do desenvolvimento justo e solidário. A Secretaria procura fortalecer, promover e viabilizar economicamente empreendimentos solidários, além de beneficiar os trabalhadores desassistidos pela política pública, em especial àqueles não incluídos no mercado formal.

A Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego, segundo Paul Singer³ (2004), nasceu com a missão de difundir e fomentar a economia solidária em todo o Brasil, dando apoio político e material às iniciativas do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES).

O FBES (2008) é um instrumento do movimento de Economia Solidária criado simultaneamente à SENAES e tem duas finalidades principais: a representação, articulação e incidência na elaboração e acompanhamento das políticas públicas de ES e no diálogo com outros movimentos sociais; e, o apoio ao fortalecimento do movimento de ES a partir das bases. Estes objetivos se evidenciam na sua definição como um espaço de articulação e diálogo “entre os diferentes atores e movimentos sociais pela construção da economia solidária como base fundamental de outro desenvolvimento sócio-econômico do país que queremos”. (FBES, 2008, p. 55)

³ Paul Singer - Secretário Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e do Emprego

Desde 2003, o FBES (figura 1) assumiu o papel de interlocutor, apresentando demandas, sugerindo e acompanhando a execução das políticas. A atuação do fórum se dá de forma descentralizada, organizando fóruns locais (estaduais, municipais e microrregionais) de economia solidária na maioria das unidades da federação. Sua formação inclui as principais agências de fomento, a rede de gestores municipais e estaduais, a Associação Brasileira de Gestores de Entidades de Micro-Crédito (ABCRED) e as principais associações e redes de empreendimentos solidários de todo o país.



Figura 1. Marca do Fórum Brasileiro de Economia Solidária

Para o FBES (2008) a ES se constitui como um conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, finanças e consumo organizadas de forma autogestionária⁴ que tem como princípio a melhora da qualidade de vida dos seres humanos - produtores e consumidores – manifestando-se inclusive, nas relações de trabalho. Este conceito é compartilhado por Singer e Kruppa (2004) que afirmam que, na prática, o que se vê por todo o país, no campo e na cidade, é a descoberta da ES como uma maneira de produzir, distribuir e consumir. Para os autores, a ES vem se constituindo como uma alternativa estruturante para pessoas “pobres e muito

⁴ Na apostila do PLANSEQ (2010) a definição de autogestão é dada como um modelo de organização em que as atividades econômicas combinam propriedade e controle efetivo dos meios de produção com participação democrática da gestão. Assim, é o produto de exercício de gestão participativa em que o próprio trabalhador administra e gerencia o empreendimento.

pobres”, inclusive para aquelas beneficiadas pelos programas de transferência de renda.

Para Goerck (2009) pode-se dizer que a ES no Brasil, está relacionada com três aspectos que se complementam entre si. O primeiro é um projeto socioeconômico, político e cultural que visa o desenvolvimento humano dentro dos princípios democráticos e de respeito ao meio ambiente, a partir de relações sociais de produção autogestionárias antagônicas às do sistema capitalista. O segundo, um conjunto de empreendimentos econômicos solidários (associações cooperativas de produção, de serviços, de consumo e de crédito) que se organiza em redes e fóruns com o apoio de movimentos sociais e instituições da sociedade civil. E o terceiro, um segmento social que reivindica políticas sociais de apoio ao cooperativismo e associativismo, bem como um novo Marco Legal para o trabalhador associado e para os empreendimentos coletivos de geração de trabalho e renda.

A ES propõe uma outra base para a vida social, que sob a cultura de cooperação solidária, tem como perspectiva um novo desenvolvimento descrito como solidário e sustentável. Alves da Silva, coordenador geral de estudos da SENAES (apud Icaza e Freitas, 2006), afirma que a crença no trabalho coletivo, no cuidado com a natureza e com os consumidores, a disposição de conquista e a construção de políticas públicas de desenvolvimento local e economia solidária são os princípios e os valores que orientam a economia solidária no Brasil. Estes ideais são compartilhados com a Cáritas:

Fazer economia solidária é roçar conhecimento, é se unir a outros grupos, é pensar de forma coletiva, e procurar estratégias para intervir nas políticas públicas. É buscar medidas capazes de modificar os padrões de produção, consumo, apropriação, reprodução e gestão de bens e recursos disponíveis. É participar de redes de produção, de comercialização, das reuniões dos fóruns. É dar sentido às políticas públicas, o que significa superar a fragmentação, a desarticulação e a sobreposição de ações e desperdício de recursos públicos. (CÁRITAS, 2006, p. 23)

Para o FBES (2008), a prática da Economia Solidária aparece nas iniciativas de produção, comercialização e consumos solidários envolvendo e articulando os

diferentes estágios da atividade econômica, desde a produção até o consumidor final. É um trabalho cooperativo, associativo e em rede, tanto interno ao empreendimento quanto externo, na relação com outros empreendimentos. Os empreendimentos solidários são as organizações formadas por trabalhadores rurais e/ou urbanos que exercem coletivamente a gestão das atividades, assim como a alocação dos resultados. São organizações regulares que realizam atividades econômicas de produção, de bens, de prestação de serviços, de créditos, de comercialização e consumo solidários sob a forma de redes e cadeias solidárias.

As redes de ES são formas de interação dos diversos atores de produção, comercialização e consumo, finanças e desenvolvimento tecnológico, pesquisa e assistência técnica em estratégias colaborativas voltadas para reorganização das cadeias produtivas baseadas na autogestão, na sustentabilidade ecológica, no apoio mútuo e na distribuição equitativa da renda produzida. Para o FBES (2008), estas ações articuladas provocam o estímulo ao comércio justo e solidário e o empoderamento das comunidades.

A ES projeta-se como uma estratégia de enfrentamento à exclusão e à precarização do trabalho. Em virtude disso, os empreendimentos solidários são descritos pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE, 2006) com base em quatro princípios estruturantes das relações sociais: a cooperação, a autogestão dos processos de trabalho, a solidariedade e a dimensão econômica.

Para Bobbio (2003), a autogestão pode ser compreendida de forma ampla como a transformação das estruturas econômicas, políticas e sociais para um novo modelo de sociedade onde as pessoas sejam livres e iguais. Quanto à dimensão econômica, são considerados elementos de viabilidade associados a aspectos culturais, ambientais e sociais formando uma das bases de motivação para agregação de esforços e recursos para produção, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo.

A Economia Solidária é um conceito que juridicamente ainda não existe e é em virtude disto que o FBES entende que uma Lei Geral de ES é necessária. A necessidade deste marco legal, segundo o MTE (2010) foi o ponto central da 2ª Conferência Nacional de Economia Solidária (CONAES), realizada em Brasília no mês de junho de 2010. O convite para a CONAES está representado na figura 2:



Figura 2. Convite para a abertura da II CONAES

Durante a conferência, que reuniu mais de 1600 delegados, o FBES promoveu a Marcha da Campanha de Assinaturas para a Lei de Iniciativa popular que instituirá a Política Nacional de Economia Solidária. Este seria o caminho para construir uma legislação que garanta a autogestão e a democracia, e que legitimará os empreendimentos solidários como motores de desenvolvimento local, solidário e sustentável.

1.2. Economia Solidária no RS - O Projeto Esperança Coesperança

O Rio Grande do Sul não está entre os estados do Brasil com os piores índices de pobreza mas, para Asseburg e Ogando (2006), é o estado onde a ES, como alternativa de inclusão social e promotora de geração de renda, fez os seus maiores avanços. Para os autores, as práticas coletivas de vida que estão se consolidando como alternativa eficiente na construção de uma economia inclusiva, justa e solidária, estão fortemente ligadas aos Direitos Humanos na construção de uma cultura de solidariedade.

O caráter de solidariedade nos empreendimentos é expresso pelo MTE (2006) em diferentes dimensões: na justa distribuição dos resultados; no desenvolvimento de capacidades e da melhora das condições de vida; no compromisso com um meio ambiente saudável; nas relações com as comunidades e movimentos sociais locais; na participação ativa nos processos de desenvolvimento sustentável de base territorial; no respeito aos direitos trabalhistas e na preocupação com o bem-estar de trabalhadores e consumidores.

No Rio Grande do Sul, assim como no resto do país, a origem destes empreendimentos está nos PACs. O SIES (2008b) registra experiências gaúchas datadas do início do século passado, mas destaca que foi a partir dos anos 1980 que, motivados pelos movimentos sociais, surgiu a maioria destes empreendimentos.

Segundo Bertucci e Alves da Silva (2003), os primeiros PACs surgiram em 1983 em Santa Maria, depois em Novo Hamburgo e, a partir deles, a EPS foi sendo construída em busca de resgate de cidadania. Para os autores, os empreendimentos econômicos gaúchos concretamente sinalizam um novo modelo de desenvolvimento evidenciado em quatro pólos: Santa Maria, Passo Fundo, Pelotas e Porto Alegre.

Asseburg e Ogando (2006), mapearam os empreendimentos solidários nas regiões do estado do RS com base na divisão dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs). Neste estudo, a região de Santa Maria foi apontada como um tradicional eixo de rede solidária destacando-se com 303 empreendimentos que representavam 18,5% dos empreendimentos gaúchos.

O “Mapeamento para Ampliação de Base de Dados do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária”, viabilizado em 2007 por convênios entre o MTE, a Fundação Universitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (UNITRABALHO) e a Financiadora de Estudos e Projetos do Ministério da Ciência e Tecnologia (FINEP), revela que foram identificados 21.857 empreendimentos em todo o Brasil. Os dados disponibilizados pelo Sistema Nacional de Informação em Economia Solidária (SIES, 2008), abrangem aspectos quantitativos e qualitativos que incluem, por exemplo, a forma de organização, o ramo de atividades e as formas de comercialização. O mapeamento gaúcho foi coordenado pela UNISINOS (Universidade Vale do Rio dos Sinos) revelando o RS como o estado com maior número de empreendimentos cadastrados (2058) o que significou 9,5% do total nacional.



Figura 3. Marca do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária

Os dados publicados pelo SIES (2008b) evidenciam os municípios gaúchos com maior número de empreendimentos: Santa Maria, seguida de Porto Alegre e Caxias do Sul. Quanto à área de atuação, o RS se diferenciou. Enquanto a média brasileira revela que 48% dos empreendimentos são rurais; no RS, os dados se assemelham às regiões mais industrializadas do país, já que 42% dos empreendimentos foram classificados como urbanos, 38% rurais e 20%, mistos. As atividades mais desenvolvidas foram a agricultura, a panificação, os artefatos têxteis, a fabricação de produtos diversos, a reciclagem, o comércio de hortifrutigranjeiros, de leite e derivados, e a horticultura. Quanto à comercialização, 73% dos empreendimentos comercializam seus produtos sob a forma de venda direta ao consumidor e o restante, estabelece relações comerciais com revendedores e atacadistas.

O movimento de Economia Solidária no Rio Grande do Sul, seja para enfrentar o mercado ou para constituir-se como alternativa à economia capitalista, vem avançando na ocupação de espaços que, direta ou indiretamente, apóiam a Economia Solidária e a concepção do cooperativismo alternativo. É neste contexto que Icaza e Freitas (2006) atribuem à Santa Maria a competência na utilização dos fundos solidários dos PACs que serviram de apoio e fortalecimento de seus grupos e para a construção da identidade do Projeto Esperança/Cooesperança. A origem do projeto é identificada pelos autores nas primeiras experiências inspiradas na obra “A Pobreza, Riqueza dos Povos – A Transformação pela Solidariedade” de autoria de Albert Tévoédjere, ilustrada na figura 4.

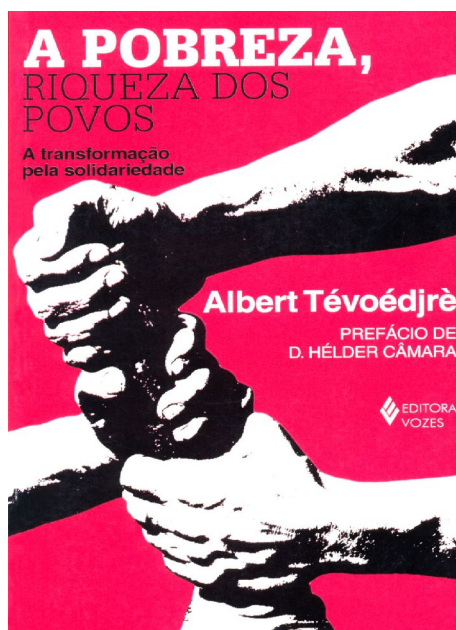


Figura 4. Capa do Livro adaptado de Albert Tévoédjere (2002)

O livro, publicado inicialmente em 1977, trata do potencial de mudança social a partir de ajuda mútua, da reformulação das relações econômicas com base na solidariedade e no equilíbrio ambiental pela produção ecologicamente sustentável. Na apresentação da 3ª edição da obra no Brasil, um protagonista da história deste projeto, Dom José Ivo Lorscheiter, bispo de Santa Maria (figura 5) destacou a relevância do livro que considerava profético: “Inspirou ele trabalhos importantes no Rio Grande do Sul, principalmente através da Cáritas/RS e em Santa Maria com o Projeto Esperança, e seus numerosos projetos alternativos” (TÉVOÉDJRÈ, 2002, p. 12).



Figura 5. Dom Ivo Lorscheiter

Dom Ivo, chamado pelos componentes do Projeto de “Gigante da Esperança”, propôs um novo modelo de Igreja para Santa Maria, preocupada com a realidade socioeconômica e ocupada em buscar melhores condições de vida e alternativas de trabalho. Para Icaza e Freitas (2006), estas questões motivaram seu permanente diálogo com a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), que já no início da década de 1980, formou os primeiros grupos de estudo. Estes estudos caracterizaram-se como uma reflexão conjunta na busca de alternativas de desenvolvimento que se materializavam nos pequenos projetos econômicos. Com o objetivo de desenvolver novas estratégias de viabilização econômica da vida rural, estes grupos se constituíram de profissionais da área do cooperativismo e das ciências sociais, militantes da igreja e técnicos da EMATER.

Discutiam-se uma série de idéias que seriam a base do que depois veio a ser o Projeto Esperança. À preocupação católica de associar trabalho, vida, convivência e mística, juntou-se o interesse universitário de experimentar novas modalidades de organização econômica no combate à pobreza. (ICAZA e FREITAS, 2006, p.36)

Para Lange (2009), este processo de estudo e os primeiros PACs no Rio Grande do Sul, constituíram a proposta que articulou e congregou experiências de EPS nos meios urbano e rural. Os empreendimentos locais alternativos e os primeiros grupos comunitários de geração de trabalho e renda, foram fomentados entre 1983 e 1986 pela Diocese de Santa Maria. Esta aposta pioneira no potencial transformador dos PACs culminou com a constituição do Projeto Esperança fundado em agosto de 1987 e a inauguração, em 1989, do primeiro terminal de comercialização⁵ direta pelos produtores. O amparo legal para esta atividade veio com a fundação da Cooperativa Mista de Pequenos Produtores Rurais e Urbanos.

Segundo a Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG, 2007), a autogestão é um sistema cujo bom

⁵ Para o FBES (2008), a comercialização é um ponto crucial para a sustentabilidade dos empreendimentos. Deve possibilitar a participação direta dos produtores, estimulando a autogestão e a organização dos agricultores familiares

funcionamento está intimamente ligado à participação do trabalhador, o que implica em mudança na cultura de produção e gestão. Neste sentido, a ANTEAG aponta as cooperativas como o melhor modelo de organização do trabalho coletivo autogestionário.

Então, a partir de 1992, a Cooperativa Mista de Pequenos Produtores Rurais e Urbanos que recebeu o nome de Cooesperança se integrou ao projeto, resultando na atual denominação Projeto Esperança/Coesperança. A marca do projeto está demonstrada na figura 6. Para Lange (2009) o Projeto se fundamenta na cooperação, na autogestão, na produção coletiva, na comercialização direta, na justa distribuição de renda, na agroecologia, na agricultura familiar e na solidariedade.



Figura 6. Marca do Projeto Esperança/Coesperança

O aumento progressivo de grupos participantes do Feirão Colonial (no terminal de comercialização) e das articulações locais e estaduais levou à realização, em 1994, da 1ª Feira do Cooperativismo, que serviu de referência para eventos que se multiplicaram por todo o estado. Hoje, a Feira tem seu espaço consolidado e é conhecida como Feira Estadual do Cooperativismo Alternativo (FEICOOP).

As Feiras são grandes e significativos espaços de visibilidade para as políticas públicas e para os empreendimentos de Economia Solidária. Para Guerra (2010), as feiras são espaços de vivência dos valores de cooperação e solidariedade, onde se pode comprovar a importância dos valores sociais que se destacam em

relação aos econômicos. Estas feiras em rede são coordenadas pela SENAES/MTE, IMS (Instituto Marista Solidariedade), FBES (Fórum Brasileiro de Economia Solidária), bem como os Fóruns Estaduais e Regionais.

A feira de Santa Maria faz parte do Programa e Calendário Nacional de Feiras e se configura como um parte do Fórum Social Mundial. Realizada desde 1994 no Centro de Referência de Economia Solidária Dom Ivo Lorscheiter (figura 7), a feira foi ganhando dimensão. Em 1998 tornou-se estadual; em 2000 nacional; em 2005, do MERCOSUL e em 2007 a Feira teve abrangência Latino Americana.



Figura 7. Centro de Referência de Economia Solidária Dom Ivo Lorscheiter

Em janeiro de 2010, Santa Maria sediou a 1ª Feira Mundial de Economia Solidária e, em julho, a 17ª FEICOOP. Esta feira que tem seu cartaz de divulgação demonstrado na figura 8, incluiu a 9ª Feira Nacional de Economia Solidária, o 6º Seminário Latino Americano de Economia Solidária e a 6ª Feira de Economia Solidária dos Países do MERCOSUL. Neste evento que reuniu mais de 700 empreendimentos e mais de cem mil pessoas, Dill e Hubert (2010) afirmaram que a “cidade coração do Rio Grande”, mais uma vez, tornou-se “a capital mundial da economia solidária”.

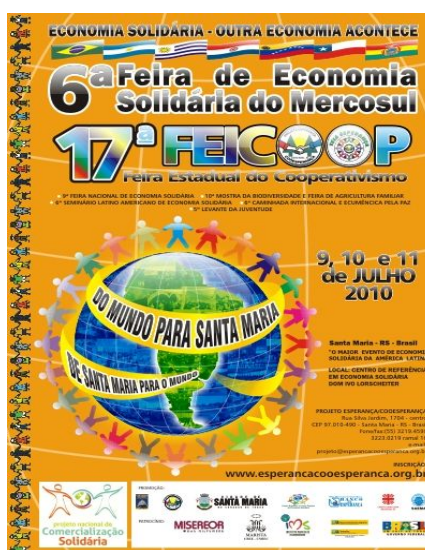


Figura 8. Cartaz de divulgação da 17ª FEICOOP

A Feira de Santa Maria, organizada pelo Projeto Esperança/Coesperança, é considerada pelo FBES (2010) uma referência nacional e internacional no fortalecimento da ES que tem base no trabalho coletivo, na autogestão e em processos de formação fundamentados na educação popular. Uma economia pautada no desenvolvimento sustentável, no consumo responsável, no comércio justo, na democratização, nos direitos humanos e na participação política e social cidadã.

Icaza e Freitas (2006) relatam que, entre 1999 e 2002, o Projeto Esperança/Coesperança consolidou-se como uma referência em economia solidária em níveis estadual e federal. Os autores afirmam que o apoio governamental potencializou o acesso às políticas públicas que permitiram alavancar a organização e a viabilidade econômica dos grupos, com destaque para as políticas para a agroindústria familiar e para a Economia Popular Solidária.

As atividades de comercialização do projeto se organizam na chamada Teia Esperança, fundada em 2003. Dill (2010) define a teia como a rede⁶ de comércio justo, ético e solidário dos pontos de comercialização direta do Projeto Esperança/Coesperança, que tem como ponto de articulação o terminal de comercialização

⁶ Para o FBES (2008), as redes de ES são formas de integrar diversos atores de produção, comercialização e consumo, finanças e desenvolvimento tecnológico, pesquisa e assistência técnica em estratégias colaborativas voltadas para reorganização das cadeias produtivas baseadas na autogestão, na sustentabilidade ecológica, no apoio mútuo e na distribuição equitativa da renda produzida.

direta, no Feirão Colonial Semanal. São espaços que aproximam os produtores dos consumidores, viabilizam os empreendimentos e fortalecem o trabalho solidário e a agricultura familiar. Nos pontos de comercialização são encontrados produtos coloniais, hortifrutigranjeiros ecológicos, caseiros, artesanais, panificação, confecção, serigrafia, material reciclado, produtos de agroindústria familiar, carnes e prestação de serviços.

Os pontos da Teia são administrados de forma colegiada pelos próprios componentes dos empreendimentos solidários, fortalecendo os grupos, consolidando a articulação e a construção de políticas públicas. A Rede de Empreendimentos Solidários, descrita por Lange (2009), objetiva a melhora da qualidade da comercialização e o maior escoamento da produção para a região centro do RS. Segundo Icaza e Freitas (2006), no segundo ano de funcionamento a teia já abrangia 30 municípios, com mais de 40 pontos de comercialização.

O Projeto Esperança/Cooesperança tem mais de 200 grupos associados e seu eixo central continua sendo a aposta no potencial de pequenos projetos, os empreendimentos econômicos solidários. Para Icaza e Freitas (2006), o projeto existe numa perspectiva de transformação, de desenvolvimento sustentável, de mística cristã e de justiça social, aspectos de destaque na missão do Projeto. A certeza de que “um outro mundo é possível” se fundamenta na cultura da solidariedade e na valorização do trabalho que levarão à construção de uma sociedade justa, economicamente viável, ambientalmente sadia, organizadamente cooperativa e politicamente democrática.

1.3 Saúde do Trabalhador

No Brasil, os caminhos para garantir a construção de um sistema de saúde inclusivo acompanharam a luta popular pela redemocratização do País. A 8ª Conferência Nacional de Saúde (8ª CNS) realizada em 1986, teve como tema “Democracia é Saúde” e se configurou como um fórum de luta pela descentralização do sistema e pela implantação de políticas sociais de defesa e cuidado da vida. O relatório

final deste evento lançou os fundamentos da proposta que hoje constitui o Sistema Único de Saúde (SUS).

A ampla mobilização popular, denominada Movimento de Reforma Sanitária que defendia a garantia da saúde, dos demais direitos humanos e de cidadania, levou o direito à saúde a aparecer pela primeira vez numa constituição brasileira. A Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1998) é a norma jurídica de eficácia máxima no Brasil e expressa os direitos e garantias fundamentais, os chamados direitos sociais. O estado brasileiro assume como seus objetivos precípuos a redução das desigualdades sociais e regionais, a promoção do bem de todos e a construção de uma sociedade solidária sem quaisquer formas de discriminação. Tais objetivos marcam o modo de conceber os direitos de cidadania e os deveres do estado, entre os quais a saúde.

A saúde é um direito social que deve ser garantido pelo Estado por políticas sociais e econômicas que reduzam o risco de adoecimento e promovam o acesso universal e igualitário às ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação da saúde. Para a regulamentação deste direito, foram publicadas as Leis Federais nº 8080 e nº 8142 que constituem a chamada Lei Orgânica da Saúde (LOS). É a LOS (Brasil, 1990 a,b), o marco legal que define e regulamenta o Sistema Único de Saúde (SUS) e traz os conceitos e as diretrizes que fundamentam, regulam, fiscalizam e controlam as ações e serviços em saúde no país.

O SUS (Brasil, 1990 a) é constituído pelo conjunto de ações e serviços de saúde prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo poder público, além do setor privado de forma complementar. A base deste sistema é o conceito ampliado de saúde considerado um direito fundamental do ser humano:

A saúde tem como fatores determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer e o acesso a bens e serviços essenciais; os níveis de saúde da população expressam a organização social e econômica do País. (Art. 2º da Lei Federal nº 8080/1990)

O SUS, como política do estado brasileiro pela melhoria da qualidade de vida e pela afirmação do direito à vida e à saúde, dialoga com as reflexões e os movimentos no âmbito da promoção da saúde. A promoção da saúde é descrita na Política Nacional de Promoção e Saúde (PNPS, 2006) como um modo de pensar e de operar articulado às demais políticas e tecnologias, de forma a contribuir na construção de ações que possibilitam respostas às necessidades sociais em saúde. A estratégia de promoção da saúde é uma possibilidade de focar os diferentes aspectos que determinam o processo saúde-adoecimento, entre eles: a violência, o desemprego, o subemprego, a falta de saneamento básico, a habitação inadequada e/ou ausente, a dificuldade de acesso à educação, a fome, a urbanização desordenada, e a qualidade do ar e da água.

Esta perspectiva ampliada de saúde refere-se aos modos como sujeitos e coletividades elegem determinadas opções de viver, organizam suas escolhas e criam novas possibilidades para satisfazer suas necessidades em um processo de construção que se dá no contexto da própria vida. Com base nisto, a PNPS (2006) propõe que as intervenções em saúde tomem como objeto os problemas e as necessidades de saúde, considerando seus determinantes e condicionantes. Assim, a organização da atenção e do cuidado deve envolver ações e serviços que, simultaneamente, operem sobre o adoecimento e envolvam espaços além do sistema de saúde, incidindo sobre as condições de vida e favorecendo a ampliação de escolhas saudáveis por parte dos sujeitos e das coletividades no território onde vivem e trabalham.

O conceito de saúde portanto, não se limita à dicotomia saúde/doença porque elenca múltiplos fatores que determinam e condicionam a saúde, o que conseqüentemente, remete à necessidade de integração entre políticas públicas diversas. Considerando a intersectorialidade imposta por este conceito, cabe chamar a atenção para o “trabalho” como um dos fatores determinantes e/ou condicionantes da saúde, dando relevância ao campo de conhecimento relativo à saúde dos trabalhadores. De acordo com Senna da Silva (2005), trabalhadores são todos os homens e mulheres que exercem atividades para sustento próprio e/ou de seus dependentes, qualquer que seja sua forma de inserção no mercado, nos setores formais e informais da economia.

A Saúde do Trabalhador, segundo Minayo-Gomez e Thedim-Costa (1997) é uma ampliação da Medicina do Trabalho (MT) e da Saúde Ocupacional (SO). A Medicina do Trabalho originou-se na Inglaterra por uma demanda da primeira Revolução Industrial. Caracterizada pela contratação de serviços médicos para cuidar dos empregados, a MT tinha por objetivos a identificação de riscos específicos e o tratamento de doenças já instaladas. A Saúde Ocupacional se estabeleceu pelo aumento significativo dos acidentes de trabalho decorrentes da intensificação dos processos produtivos, no contexto da Segunda Guerra Mundial. Na perspectiva de Mendes e Dias (1991), a SO ampliou um pouco a visão da MT ao considerar múltiplas variáveis do ambiente que exercem influência na saúde dos trabalhadores. Esta abordagem ampliada levou à criação de normas e procedimentos de segurança no trabalho, vigentes até os dias de hoje.

Mesmo reconhecendo a ausência de uma adequada precisão conceitual sobre o caráter da associação entre o trabalho e o processo saúde-doença, Minayo-Gomes e Fonseca (1997) consideram a saúde do trabalhador (ST) como uma área passível de abrigar diferentes aproximações e de incluir uma variedade de estudos e práticas de indiscutível valor. A conexão trabalho-saúde é de tal ordem que extrapola os limites do conhecimento legitimado como científico e ganha espaço no senso comum, como uma relação dada. Para os autores, as inserções diferenciadas nos processos produtivos, sejam urbanos ou rurais, definem padrões também diversificados de morbi-mortalidade, para os quais contribuem outros fatores decorrentes das condições de vida a que estão submetidos estes trabalhadores.

Esta integralidade implica, além da articulação e sintonia entre as estratégias de produção da saúde, a ampliação da escuta dos trabalhadores e a qualificação da relação com os usuários do sistema. Individual e/ou coletivamente, desloca-se a atenção da perspectiva restrita ao adoecimento e seus sintomas para o acolhimento de história, das condições de vida e das necessidades em saúde, respeitando e considerando especificidades e potencialidades na construção dos projetos e na organização do trabalho sanitário. Segundo a PNPS (2006), a ampliação do comprometimento e da co-responsabilidade entre trabalhadores da Saúde, usuários e território altera os modos de atenção e gestão dos serviços de saúde. A promoção de saúde torna-se indissociável da produção de subjetividades ativas, críticas, envolvidas e solidárias e, simultaneamente, exige a mobilização de recursos políticos, hu-

manos e financeiros que extrapolam o âmbito da saúde. Assim, coloca-se ao setor Saúde o desafio de construir a intersectorialidade.

É esta perspectiva intersectorial dada pela indissociabilidade das dimensões política, econômica e técnica que legitima a Saúde do Trabalhador como prática social. Minayo-Gomes e Fonseca (1997), destacam que a Saúde do Trabalhador como questão vinculada às políticas de caráter econômico e social, implica desafios das mais diversas ordens; desde os colocados no cenário macroeconômico, que impõem diretrizes e prioridades do mercado, até os mais diretamente relacionados ao setor saúde.

A Saúde do Trabalhador compreende um corpo de práticas teóricas interdisciplinares e interinstitucionais, desenvolvidas por diversos atores situados em lugares sociais distintos e informados por uma perspectiva comum. Essa perspectiva, para Minayo-Gomes e Thedim-Costa (1997), é resultante de todo um patrimônio acumulado no âmbito da saúde coletiva, com raízes no movimento da Medicina Social latino-americana e influenciado significativamente pela experiência italiana. Formular uma política de saúde do trabalhador portanto, significa contemplar uma ampla gama de condicionantes de saúde e doença.

A Lei 8080 (Brasil, 1990a) define e insere a Saúde do Trabalhador no campo de atuação do SUS. A noção de Saúde do Trabalhador expressa neste marco legal corresponde a um conjunto de atividades que se destina à promoção, à proteção, à recuperação e à reabilitação da saúde dos trabalhadores submetidos aos riscos e agravos advindos das condições de trabalho. É também, objeto de estudo e trabalho da Saúde Pública que tem foco nas relações entre trabalho e saúde; e como meios, o desenvolvimento de ações de vigilância dos riscos em ambientes e condições de trabalho, dos agravos à saúde do trabalhador e a organização e prestação da assistência em saúde.

Coexistem múltiplas situações de trabalho caracterizados por diferentes estágios de incorporação tecnológica, formas de organização e gestão, de relações e formas de trabalho. E tudo isto se traduz sobre o viver, o adoecer e o morrer dos trabalhadores. É esta a complexidade que a LOS (Brasil, 1990 a,b) evidencia quando trata da multiplicidade de determinantes da saúde do trabalhador. Compreendendo os condicionantes sociais, econômicos, organizacionais e tecnológicos da saúde, é que as ações de ST têm foco nos processos de trabalho.

A referência central para o estudo dos condicionantes da saúde-doença é o processo de trabalho, um conceito marxista que expressa o conflito de interesses entre o trabalho e o capital. Para Marx (1978), as relações sociais e técnicas estabelecem formas diversas de controle sobre o processo de produção. Este controle exercido no interior das unidades produtivas redundava na constituição de coletivos diferenciados de trabalhadores e de uma multiplicidade de agravos potenciais à saúde. A apropriação do conceito de processo de trabalho como instrumento de análise possibilita a reformulação das concepções hegemônicas que, ao estabelecerem articulações simplificadas entre causa e efeito, desconsideram a dimensão social e histórica do trabalho e da saúde/doença.

Para Minayo-Gomez e Thedim-Costa (1997), a área de saúde do trabalhador no Brasil tem um percurso próprio dos movimentos sociais, marcado por resistências, conquistas e limitações nas lutas por melhores condições de vida e trabalho. Essa compreensão se dá num contexto conjuntural caracterizado pela confluência de movimentos sociais e políticos, de onde emergiam novos projetos de sociedade e novas estratégias de ação que influenciavam e eram influenciados pela produção intelectual. A saúde dos trabalhadores manifesta-se na construção de uma sociedade democrática, da conquista de direitos elementares de cidadania e da consolidação do direito à livre organização dos trabalhadores.

A variabilidade de fatores que caracterizam o campo de atuação em saúde do trabalhador é marcado na política pública com um dos objetivos do SUS: as ações que se destinam a garantir às pessoas e à coletividade condições de bem-estar físico, mental e social, pela formulação de política destinada a promover este direito, nos campos econômico e social. Neste sentido, a LOS (1990, a,b) faz referência à criação da Comissão Intersectorial de Saúde do Trabalhador (CIST), subordinada ao Conselho Nacional de Saúde, como forma de articular políticas e programas de interesse para a saúde, cuja execução envolva áreas não compreendidas no âmbito do sistema de saúde.

Segundo Costa Dias (2001), as políticas de governo para a área da saúde do trabalhador devem definir atribuições e competências dos diversos setores envolvidos. É necessário que sejam articuladas as estruturas organizadas da sociedade civil, por meio de formas de atuação sistemáticas e organizadas que garantam condições de trabalho dignas, seguras e saudáveis para todos os trabalhadores. Isto

inclui as políticas econômica, da indústria e comércio, da agricultura, da ciência e tecnologia, do trabalho, da previdência social, do meio ambiente, da educação e da justiça.

A abordagem integrada das inter-relações entre as questões de segurança e saúde do trabalhador, meio ambiente e o modelo de desenvolvimento, traduzido pelo perfil de produção-consumo, representa na atualidade, um grande desafio para o Estado Brasileiro. É a esta integração a que se propõe a Política Nacional de Segurança e Saúde do Trabalhador (PNSST).

A PNSST (2004) estrutura-se sobre duas considerações: a de que no Brasil, as políticas de desenvolvimento têm se voltado aos aspectos econômicos e de maneira paralela ou pouco articulada com as políticas sociais; e que, para que o Estado cumpra seu papel na garantia desses direitos, é necessária a formulação e implementação de políticas e ações de governo transversais e intersetoriais. Assim, além de estar diretamente relacionada com as políticas dos setores de Trabalho, Previdência Social, Meio Ambiente e Saúde, a PNSST apresenta interfaces com as políticas econômicas de Indústria e Comércio, Agricultura, Ciência e Tecnologia, Educação e Justiça.

Reforçando este discurso de integração, está a Política Nacional de Promoção de Saúde (PNPS) que propõe ao setor Saúde o desafio de construir a intersetorialidade. A PNPS (2006) tem por objetivo promover a qualidade de vida e reduzir vulnerabilidade e riscos à saúde relacionados aos seus determinantes e condicionantes – modos de viver, condições de trabalho, habitação, ambiente, educação, lazer, cultura, acesso a bens e serviços essenciais.

Na PNPS (2006), a intersetorialidade é compreendida como uma articulação das possibilidades dos distintos setores de pensar a questão complexa da saúde, de co-responsabilizarem-se pela garantia da saúde como direito humano e de cidadania, e de mobilizarem-se na formulação de intervenções que a propiciem. Nesta perspectiva, cada setor amplia sua capacidade de analisar e de transformar seu modo de operar a partir do convívio com a perspectiva dos outros setores, abrindo caminho para que os esforços de todos sejam mais efetivos e eficazes.

O processo de construção de ações intersetoriais implica na troca e na construção coletiva de saberes, linguagens e práticas entre os diversos setores envolvidos na tentativa de equacionar determinada questão sanitária, de modo que nele torna-se possível produzir soluções inovadoras quanto à melhoria da qualidade de vida. (PNPS, 2006. p.7)

O conceito de saúde da Escola de Saúde Pública do Rio Grande do Sul (ESP/RS, 2002) traz uma contribuição neste sentido. A Saúde é descrita como a expressão das condições de vida e trabalho, incluindo à definição da legislação: o emprego, a liberdade e o acesso e a posse da terra. E mais, a capacidade de enfrentar as adversidades do meio, de lutar por qualidade de vida e mobilizar energias para reinventar a vida.

A significância do trabalho não está apenas na condição de sobrevivência, para Minayo-Gomes e Thedim-Costa (1997), está na própria gênese da sociabilidade humana. Neste sentido, o trabalho se configura enquanto organizador da vida social, como espaço de dominação e submissão pelo capital, mas também de resistência, de constituição e de fazer histórico.

1.4 Trabalho Rural e Saúde

A ligação entre ambientes de trabalho, meio ambiente natural e saúde humana é descrita por Giraldo (2003) como inevitável. Ao se investigar os fatores que interferem na saúde das populações, é impossível não se deparar com a influência das atividades produtivas que têm reflexo direto na saúde dos trabalhadores e no meio ambiente. Um exemplo disso é o trabalho agrícola.

Para Garcia e Filho (2005), os riscos existentes em uma unidade de produção fabril, onde o ambiente é fechado e diversas condições podem ser controladas, são bastante distintos daqueles presentes nas atividades rurais. No ambiente de produção agrícola, a maioria das atividades acontece a céu aberto, impossibilitando o controle direto de muitos fatores que podem trazer prejuízo à saúde do trabalhador.

A urgência em se intervir nos processos ambientais e do trabalho, para Harrison (2000), está nos riscos do cotidiano de grande parcela dos trabalhadores, em

especial os rurais, em todo o mundo. O perfil dos agentes danosos à saúde inclui os contaminantes ambientais gerados pelos processos de transformação dos recursos naturais pelo trabalho e, suas conseqüências ocupam um espaço crescente na demanda de atenção dos sistemas de saúde. Para Porto (2005), é um erro polarizar as questões do trabalho e as ambientais. Deve-se aceitar a óbvia articulação entre as duas áreas para que se possa trabalhar pela defesa da democracia, da justiça social e da sustentabilidade.

A necessidade de alimentar um contingente populacional crescente, que segundo a Organização das Nações Unidas (ONU) será de 7,9 bilhões de pessoas em 2025 (OIT, 2001), caracterizou o século XX por um intenso e contínuo processo de mudanças tecnológicas e organizacionais da produção, transformando formas, processos e relações de trabalho. A agricultura, que por séculos foi o meio de vida dos agricultores e de suas famílias, foi sendo progressivamente convertida em atividade orientada para a produção comercial.

A relevância e a repercussão destas mudanças tecnológicas são destacadas por Abramovay (1992). A primeira e importante mudança foi a que levou ao êxodo rural, a substituição da mão-de-obra pela mecanização de diversas atividades agrícolas. A segunda foi a introdução dos agroquímicos, em especial os agrotóxicos. E a terceira, a introdução da biotecnologia, com os organismos geneticamente modificados.

Em meio a estas transformações da chamada “modernização agrícola”, os agricultores estabeleceram relações de trabalho em função de suas necessidades e possibilidades econômicas. Segundo Dias (2006), a atividade rural é tradicionalmente caracterizada por relações de trabalho à margem das leis brasileiras, freqüentemente envolvendo crianças e adolescentes. Os trabalhadores do campo se inserem em distintos processos de trabalho: relações de produção que acontecem no âmbito da família, em pequenas propriedades; trabalhos temporários, nos períodos de plantio e colheita; e trabalho escravo, particularmente na produção de carvão e aqueles inseridos em grandes empreendimentos agro-industriais que se multiplicam em diferentes regiões do País.

Para Grisolia (2005), as mesmas relações capital/trabalho que, por um lado tem gerado o desejável aumento da produtividade, por outro, incluem uma série de conseqüências sociais e ambientais. O êxodo rural, a exclusão social, o sub ou de-

semprego, a concentração de renda, o empobrecimento da população rural, além de danos à saúde e ao meio ambiente. Entre estes, o desmatamento, o incorreto manejo do solo, a contaminação dos recursos hídricos e o uso de agrotóxicos.

Utilizados em grande escala por vários setores produtivos, especialmente pelo agropecuário, os agrotóxicos são conhecidos pelos danos que provocam ao meio ambiente e à saúde das populações, e dos trabalhadores de modo particular. Segundo Garcia e Almeida (1991), em pequenas comunidades agrícolas, onde a organização do trabalho está centrada no núcleo familiar, o uso abusivo de agrotóxicos leva a exposição de todos os componentes da família em função do processo de trabalho por contato direto, pelo armazenamento inadequado dos produtos, pela contaminação da água e pelos alimentos consumidos.

Tendo em vista que o nível de informação sobre os malefícios do uso de agrotóxicos para o homem e o ambiente ainda é precário, Peres e Rozemberg (2003) sugerem que as estratégias de comunicação de risco devem ser pautadas no saber, nas percepções e nas práticas locais dos trabalhadores. Para isso, os profissionais que atuam na rede de saúde precisam estar sensibilizados e capacitados para enfrentar estes problemas. Para Peres et al (2004), apesar dos agricultores terem noção de que usar agrotóxicos pode ser prejudicial para sua saúde, é bastante frequente a falta de cuidados básicos para lidarem com estes produtos. A caracterização da exposição exacerbada é verificada na naturalização do não-uso de equipamentos de proteção individual e na alta incidência de intoxicações.

Os agrotóxicos são um dos mais importantes fatores de risco para a saúde humana. E, como indicam Faria et al (2004), pelo seu uso na agricultura ser intensivo, acabam por se constituir como a causa de grave adoecimento entre trabalhadores rurais. Para Chediack (1986), a unidade produtiva não afeta apenas o trabalhador, mas contagia o meio ambiente e repercute sobre o conjunto social. O uso de agrotóxicos tem repercussões que vão além da exposição ocupacional, levando à contaminação alimentar e ambiental, colocando em risco de intoxicação outros grupos populacionais.

A dimensão deste problema no Brasil fez com que o processo de organização e implantação da Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (RE-NAST) envolvesse os problemas de saúde coletiva e ambiental relacionados ao uso de agrotóxicos entre suas prioridades. O resultado disto, segundo o CNS (2002) são

programas nacionais de proteção e atenção aos grupos de risco. No RS, Corrêa et al (2004), destacam que a criação e implantação da política em saúde do trabalhador foi exemplar, com um bom sistema de coleta de dados, a inauguração de centros de referência em saúde do trabalhador e a formação intensiva de técnicos.

O debate em torno da questão dos agrotóxicos compõe um cenário que tem de um lado as empresas produtoras e, de outro, as representações de trabalhadores e da população em geral, comumente representada pelas organizações não-governamentais (ONGs). Neste campo, confrontam-se interesses diferenciados que envolvem fatores econômicos, sociais, ideológicos e culturais. Para Almeida (1998), neste cenário destaca-se um importante movimento social liderado por ambientalistas e ecologistas cuja tônica gira em torno da contestação do modelo de desenvolvimento da agricultura. Esse movimento, que propõe a agroecologia como alternativa às práticas instituídas, é centrado numa outra forma de desenvolvimento agrícola e rural.

Segundo Gliessman (1997), o termo agroecologia passou a ser mais utilizado a partir do início dos anos 1990, designando uma disciplina científica ou campo de conhecimento interdisciplinar. Para Guzmán (2006), a agroecologia é o manejo ecológico dos recursos naturais por meio de formas de ação coletiva. Esta abordagem tem como um de seus pressupostos a articulação entre os saberes científico e popular, incorporando um amplo conjunto de práticas, sentidos e identidades, que emergem a partir de muitas trajetórias de crítica e contestação aos modos de organização impostos pela modernização, mas que não se reduzem, em sua diversidade, a uma possível identidade agroecológica.

Quando se almeja promover a construção de processos de desenvolvimento rural sustentável orientados pela participação e pela equidade social, é importante entender que agroecologia não é sinônimo de agricultura sem veneno ou agricultura orgânica. Conforme Caporal e Costabeber (2002), a Agroecologia não pode ser confundida com um estilo de agricultura ou com um conjunto de práticas agrícolas ambientalmente amigáveis, mesmo que ofereçam princípios para estabelecimento de estilos de agricultura de base ecológica. A justificativa desta diferenciação está em que estas práticas nem sempre tratam de enfrentar os problemas em todas as dimensões da sustentabilidade.

A perspectiva agroecológica parte de uma nova agricultura capaz de fazer bem aos homens e ao meio ambiente como um todo, afastando-os da orientação dominante de uma agricultura intensiva em capital, causadora de dependência econômica, agressiva ao meio ambiente e socialmente excludente. Com base em vários estudiosos e pesquisadores, Caporal e Costabeber (2001) explicam que a Agroecologia tem sido reafirmada como uma ciência ou disciplina científica, um campo de conhecimento de caráter multidisciplinar, que apresenta uma série de princípios, conceitos e metodologias que permitem estudar, analisar, dirigir, desenhar e avaliar agroecossistemas.

Para orientar estilos de agricultura e desenvolvimento rural sustentáveis, dentro da perspectiva de base científica, o Rio Grande do Sul vem se transformando em um estado onde existem referências concretas quanto ao processo de transição pela adoção dos princípios da Agroecologia. Entre as comunidades gaúchas estudadas por Faria et al (2000), é crescente o número de produtores sintonizados com a agroecologia pelo cultivo de alimentos naturais.

O Enfoque Agroecológico no Rio Grande do Sul, para Caporal e Costabeber (2002) traz consigo as ferramentas teóricas e metodológicas que auxiliam a considerar, de forma holística e sistêmica, as seis dimensões da sustentabilidade: a Ecológica, a Econômica, a Social, a Cultural, a Política e a Ética.

A Agroecologia está vinculada à oferta de produtos “limpos”, ecológicos, isentos de resíduos químicos, em oposição àqueles característicos da Revolução Verde. É uma agricultura menos agressiva ao meio ambiente, que promove a inclusão social e proporciona melhores condições econômicas para os agricultores. Neste sentido, para Caporal e Costabeber (2000), é essencial que as políticas agrícolas sejam reavaliadas, priorizando não apenas critérios de produção, mas também de proteção à saúde dos trabalhadores e de suas famílias, centrando seus objetivos na busca de melhores condições de vida e trabalho para a população rural.

A preocupação agroecológica evidenciada no cuidado com a vida e com a saúde dos trabalhadores se evidencia nos empreendimentos solidários pelos princípios do comércio ético e solidário (CES). O Fórum de Articulação do Comércio Justo e Solidário do Brasil (FACES) tem como valores a solidariedade e o respeito à saúde das pessoas e aos ecossistemas. Segundo o PLANSEQ (2010), o CES deve contribuir com o desenvolvimento sustentável pelo fomento de práticas mais responsáveis

e menos prejudiciais ao meio ambiente, proporcionando a inclusão social e visando a sustentabilidade sócio-ambiental da cadeia produtiva.

2 METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida tendo como referência o Enfoque Ecosistêmico de Saúde, uma estratégia teórica e prática proposta por Minayo (2006). O Enfoque Ecosistêmico de Saúde baseia-se no ideal de que a ciência e a sociedade se unam na construção da qualidade de vida, presente e futura, como responsabilidade coletiva e individual. Este enfoque pressupõe que os temas de estudo são objetos em contexto e a atuação é interdisciplinar. Sob uma perspectiva sanitária, o aspecto coletivo ganha relevância no discurso de Minayo (2006, p.109):

Do ponto de vista sanitário, o binômio saúde-doença se constitui como um processo coletivo, portanto é preciso recuperar, nesse coletivo o sentido de lugar (...), buscando identificar em cada situação específica, as relações entre as condições de saúde e seus determinantes culturais, sociais e ambientais, dentro dos ecossistemas modificados pelo trabalho e pela intervenção humana.

O uso da abordagem ecosistêmica tem como pressuposto os projetos interdisciplinares, o que se aplica a este estudo tendo em vista que objetivou, em certa medida, analisar as relações entre o processo de trabalho em economia solidária e a saúde dos trabalhadores envolvidos neste processo.

2.1 Caracterizações da pesquisa

Esta proposta de pesquisa possui como referencial metodológico a pesquisa qualitativa. Para Minayo (1997), o método qualitativo é apropriado quando o fenômeno em estudo é complexo, de natureza social e não atende à quantificação. A pesquisa qualitativa deve ser usada quando o entendimento do contexto social e cultural é um elemento importante, e o estudo objetiva conhecer e com-

preender valores, atitudes, crenças e aspirações. Portanto, não tem como preocupação central a generalização dos dados, mas a compreensão dos resultados obtidos.

Para Bauer e Gaskell (2004), a pesquisa qualitativa lida com interpretações da realidade social utilizando como protótipo a entrevista em profundidade. Nesse sentido, esta pesquisa assumiu um caráter qualitativo porque utilizou depoimentos como principal elemento de análise. Esta análise procurou evidenciar o entendimento que os interlocutores possuem sobre as relações entre saúde e sua inserção em um projeto que tem como proposta a Economia Solidária.

2.2. Local da Pesquisa

Para Minayo (2006), para valorizar as interações em um ecossistema arbitrariamente definido pelos seus atores constitui-se a unidade analítica, um lugar como espaço organizado para análise e intervenção. Neste estudo, a unidade analítica foi o Feirão Colonial, um dos pontos de comercialização de hortifrutigranjeiros do Projeto Esperança/Cooesperança da Diocese de Santa Maria – RS, que desde sua concepção é fortemente identificado com os princípios da Economia Solidária.



Figura 9. Pavilhões onde acontece o Feirão Colonial do Projeto Esperança/Cooesperança (2010)

O Feirão, criado em abril de 1992, conta com a participação dos produtores rurais e urbanos associados na região centro do RS e acontece aos sábados pela manhã no Centro de Referência de Economia Solidária Dom Ivo Lorscheiter⁷ no município de Santa Maria - RS. Este centro foi construído através de investimentos públicos no terreno da Diocese de Santa Maria que abriga a Basílica da Medianeira e o Altar Monumento, tradicionais pontos de convergência de fiéis durante todo ano e, em especial, na Romaria de Nossa Senhora Medianeira. Localiza-se no Bairro Medianeira, em uma região de transição entre o centro da cidade de Santa Maria e sua periferia, conforme ilustrado na figura 10.

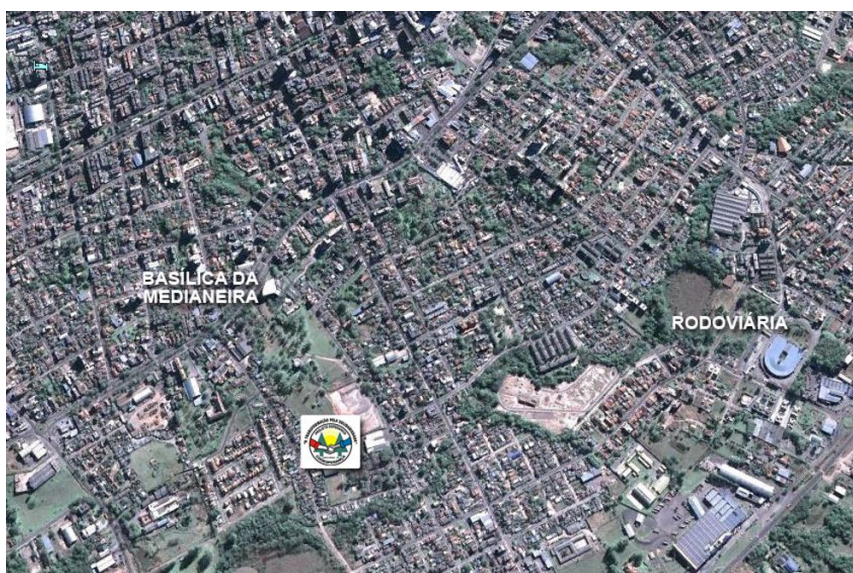


Figura 10. Imagem de satélite localizando o Centro de Referência de Economia Solidária Dom Ivo Lorscheiter na cidade de Santa Maria/RS (2010)

2.3 Amostra

O estudo contemplou os atores sociais que estabelecem relações sociais e econômicas no pavilhão destinado à comercialização de hortifrutigranjeiros no Feirão Colonial. A amostra não-aleatória foi composta de 14 sujeitos categorizados em três grupos: as lideranças do Projeto (4 entrevistados), os trabalhadores rurais (4 entre-

⁷ O Centro de Referência de Economia Solidária Dom Ivo Lorscheiter situa-se à Rua Heitor Campos, s nº, ao lado do colégio Irmão José Otão, no Bairro Medianeira, em Santa Maria – RS.

vistados) e os consumidores⁸ (6 entrevistas). Os sujeitos da amostra são apresentados no anexo A.



Figura 11. Pavilhão de Comercialização de Hortifrutigranjeiros durante o Feirão Colonial (2010)

2.4 Critérios de inclusão

Em coerência com o enfoque ecossistêmico que pressupõe a delimitação do universo que represente empiricamente os problemas a serem estudados, este estudo utilizou, conforme apresentada anteriormente, a amostra intencional por categorias.

Segundo Minayo (2006), o Enfoque Ecossistêmico parte de uma perspectiva processual incorporando diferentes perspectivas disciplinares. Neste sentido, este enfoque busca dar conta de uma dinâmica de interação, integrando a participação de todos os agentes sociais envolvidos no problema em análise. Em vista deste pressuposto, a amostra foi estruturada nas seguintes categorias: as lideranças, os trabalhadores rurais e os consumidores.

⁸ O número de consumidores foi maior se comparado às outras categorias para contemplar a solicitação dos produtores quanto à inclusão de dois sujeitos. Assim, a amostra foi constituída de seis consumidores, dois indicados pelos trabalhadores e quatro, abordados enquanto freqüentavam a feira.

2.5 Instrumentos de pesquisa

A entrevista é uma técnica de coleta de dados amplamente utilizada em investigações sociais e é considerada um instrumento que valoriza a espontaneidade do participante. Para Bauer e Gaskell (2004), este instrumento possibilita reconstruir acontecimentos importantes a partir da perspectiva do informante.

A coleta de dados foi realizada, no primeiro semestre de 2010 tendo como instrumento de coleta de dados a entrevista narrativa semi-estruturada, gravada em vídeo, durante visita pré-agendada. Com o objetivo de reunir informações que possibilitassem responder às inquietações motivadoras deste estudo, foram elaboradas oito questões apresentadas aos entrevistados, listadas a seguir:

- O que você entende por Projeto Esperança/Cooesperança?
- Qual o seu papel (ou sua inserção) no Projeto Esperança/Cooesperança?
- A sua inserção/participação no Projeto levou a mudanças na sua vida?
- O que o(a) Sr(a) entende por Saúde?
- O que o Projeto mudou no aspecto da saúde?
- O que é Economia Solidária?
- O(A) Sr(a) tinha algumas expectativas quando entrou no Projeto? O Projeto satisfaz estas expectativas?
- Qual é a relação que o(a) Sr(a) estabelece entre o Projeto, a Economia Solidária e a saúde dos trabalhadores?

Em respeito às diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas em seres humanos – CNS 196/96 (BRASIL, 1996) foram assegurados aos sujeitos da amostra: o esclarecimento dos objetivos e da metodologia do estudo; e o direito ao anonimato e/ou à desistência de participação a qualquer tempo.

Os sujeitos puderam aderir livremente à pesquisa por meio de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Este procedimento foi devidamente registrado em vídeo. Cada entrevistado identificou-se e declarou aceitar participar do estudo, au-

torizando o uso integral do conteúdo gravado. Também é importante registrar que nenhum dos sujeitos optou pelo anonimato.

2.6. A Interpretação dos achados da pesquisa

A interpretação dos resultados foi realizada por meio do método de análise temática proposto por Bauer e Gaskell (2004), realizando a redução gradual do texto qualitativo utilizando os seguintes passos:

- Transcrição das entrevistas gravadas: necessária para se ter uma boa apreensão do material de pesquisa, propiciando um fluxo de idéias para interpretar o texto.
- Desmontagem dos textos (unitarização): paráfrase das passagens dos textos em sentenças sintéticas e, posteriormente, em palavras-chave.
- Categorização: reunião em categorias e, posteriormente, ordenação em um sistema coerente de categorização geral para todas as entrevistas.
- Interpretação: o produto final no qual se reúnem as estruturas de relevância dos informantes com as do entrevistador.

Seguindo esta metodologia, a desmontagem dos textos levou à identificação de quatro grandes focos: o projeto, a economia solidária, o conceito de saúde e a saúde do trabalhador. A partir disso, a categorização dos discursos foi organizada em dois itens. O primeiro, o Projeto Esperança/Cooesperança e a prática da Economia Solidária. O segundo, relacionando o conceito de saúde à saúde dos trabalhadores. Os resultados foram sendo organizados nestas duas categorias de forma a permitir as considerações sobre as relações estabelecidas entre Economia Solidária e saúde do trabalhador.

O processo metodológico de categorização e análise pode ser visualizada pelo fluxograma abaixo:



3 ECONOMIA SOLIDÁRIA E PROJETO ESPERANÇA/COOESPERANÇA

O Projeto Esperança/Cooesperança tem suas origens nas demandas sociais da década de 1980. O desemprego e a exclusão motivaram diferentes movimentos sociais que construíram a história dos empreendimentos solidários. Rutkowski e Lianza (2004) destacam que esta característica reativa dos movimentos sociais levou às experiências de associação e trabalho coletivo como alternativas de geração de trabalho e renda.

Foi esta a motivação e, mais especificamente, as demandas das comunidades rurais o que mobilizou esforços na Diocese de Santa Maria. Clei Genoveva Biguelin⁹, consumidora assídua no Feirão Colonial, recordou que o Projeto começou com Dom Ivo que trazia no seu discurso a expressão “colono escravizado” e descreveu a situação do trabalhador rural antes da cooperativa:

O trabalhador rural, o colono, ele produzia e o produto dele... ia o comerciante, o atravessador buscar lá onde ele produzia (...) trocando por produtos industrializados, dando miséria pra ele. E ele não tinha o direito a ter o seu dinheiro, de enxergar o seu dinheiro da venda do seu produto. Ele não conhecia quem consumia. Então ele produzia, mas ficava simplesmente na produção. (Clei Biguelin, 2010)

Com base no depoimento da consumidora Clei pode-se inferir que a origem do Projeto estaria, por um lado, na busca da ruptura de um sistema fortemente marcado pela exploração econômica daqueles que não possuíam autonomia (os “colonos escravizados”); por outro, na intenção de aproximar e humanizar as relações entre produtores e consumidores. Este discurso se agrega à forma como Icaza e Freitas (2006) referem-se ao modelo de Igreja proposto por Dom Ivo, preocupada com a realidade socioeconômica e ocupada em buscar melhores condições de vida, crian-

⁹ Clei Genoveva Biguelin - Professora estadual em Educação de Jovens e Adultos e Fisioterapeuta. Consumidora indicada pelos produtores.

do alternativas de trabalho e renda. O professor Celso Ilgo Henz¹⁰ foi padre por cinco anos e, em função disto, participou das primeiras discussões nas comunidades eclesiais de base que, no âmbito da Diocese de Santa Maria, começaram a pensar sobre uma alternativa à economia, à produção e ao consumo.

Nós tínhamos várias comunidades rurais e, em razão disso, a gente tinha pensado em começar no pátio da igreja do Patronato, onde eu trabalhava, a organizar uma feira em que os produtores... e os pequenos produtores pudessem vir vender diretamente os seus produtos para também os outros membros da comunidade e assim, beneficiaria a ambos, né? (Celso Ilgo Henz, 2010)

Este olhar voltado aos trabalhadores rurais é confirmado no relato do agricultor Luiz Antônio Tavella¹¹. Para ele, o que gerou o Projeto foi o objetivo de criar melhores condições de vida para os agricultores, e isso se efetivou pela possibilidade de comercializar sua produção estabelecendo uma relação direta com o consumidor:

O Projeto Esperança começou como uma alternativa para o produtor rural né, especialmente. E assim, uma diversificação da comercialização, que nós mesmo faria a comercialização né? Produzia e se venderia pro cliente né? Já são dez anos que eu participo e procuro desde o início (...) a eu produzir o meu produto, a eu mesmo vender, o meu grupo quem, no caso, que somos um grupo que a gente participa. (Luiz Antônio Tavella, 2010)

As falas do consumidor Celso e do agricultor Luiz Antônio reforçam a preocupação de que o processo de comercialização beneficiasse também o consumidor. Para a Irmã Lourdes Dill¹², as formas de comercialização direta foram sendo criadas

¹⁰ Celso Ilgo Henz - Professor do Centro de Educação da UFSM. Hoje é consumidor e colaborador em atividades de educação.

¹¹ Luiz Antônio Tavella – Agricultor em Itaara. No projeto desde 2000. Participa do grupo ASEV (Associação Sítio Ecológico da Vovó).

¹² Lourdes Maria Staudt Dill – filha de pequenos agricultores, dedicou-se à vida religiosa na Congregação Filhas do Amor Divino. Tem licenciatura Plena em Economia Doméstica, Extensão Urbana e

enfrentando muitas dificuldades, entre as quais a resistência dos próprios produtores. O objetivo desta proposta era de que o agricultor tivesse a possibilidade de vender diretamente seus produtos e, assim, melhorar sua qualidade de vida pela realização plena do seu trabalho:

Isso foi dando força, foi encorajando muito, porque no começo não era fácil. O produtor achava no começo que ele não teria condições e capacidade e comercializar e hoje, mostra que ele tem né? Muitas vezes, até escondia o produto e ele diz: eu não sei vender! Eu tenho vergonha do meu produto. Hoje não, o produtor é algo comprometido... a satisfação do produtor em ele poder se organizar, produzir e dizer: Tá aqui o fruto do meu trabalho! E coloca com satisfação, com alegria, à disposição dos consumidores que também querem produto de melhor qualidade. Produto ecológico e com muito mais qualidade pra poder também pensar na saúde, na qualidade de vida da sua família. (Lourdes Dill, 2010)

A declaração da Irmã Lourdes incorpora um discurso sobre um alimento puro, natural, que se traduz na “satisfação” de consumidores e produtores, que estabelecem relações econômicas vantajosas, valorizando o trabalho e a saúde. Singer e Kruppa (2004) afirmam que, na prática, o que se vê por todo o país, no campo e na cidade, é a descoberta da Economia Solidária como uma maneira de produzir, distribuir e consumir. Este é o sentido da comercialização direta que marcou o início e sempre foi o ponto forte do Projeto.

Esta origem na comercialização é tão marcada que, muitas vezes, se confunde com ele. Isto fica evidente nas falas de agricultores e consumidores especialmente quando questionados a respeito de sua função no projeto. A agricultora Maria Marlene Rodrigues¹³ descreveu sua função como “vendedora” e definindo o projeto, trouxe dois elementos bastante evidentes entre os entrevistados – a comercialização e o trabalho em grupo: “É um projeto de comercialização dos produtos, né? Tudo... em grupo. Cada um tem seu grupo que faz e vende.”

Rural pela Universidade de Passo Fundo. Participa do projeto desde seu início e o coordena desde 1987.

¹³Maria Marlene Rodrigues – Agricultora em São Pedro do Sul. No projeto pelo grupo EPAS, desde 2005.

O agricultor João André Righi¹⁴ define o projeto como uma grande feira, uma cooperativa bem organizada. Para ele, o trabalho na produção se complementa na venda no Feirão Colonial e vem garantindo a renda familiar:

Eu sou uma formiguinha, que a gente trabalha aqui. Trabalhando e vendendo as coisas, né? E a gente recebendo e se defendendo. Como um plantador, um produtor, a gente se defende aqui (...) a gente faz um intermédio da lavoura pra cooperativa. (João Righi, 2010)

Os consumidores, quando definem o projeto, também o descrevem pela comercialização. A consumidora Guacira Rodrigues¹⁵, remetendo às lembranças de sua infância na “campanha”, o identifica como o ponto de comercialização de produtos coloniais: “O pessoal daqui de perto se reúnem com seus trabalhos que fazem. Vem aqui pra nos dar uma... oportunidade de encontrar ainda alguma coisa de bom, que a gente tem fora da cidade”.

Já, o consumidor Jarbas da Cruz¹⁶, que já participou do projeto no segmento de artesanato, o descreve como uma oportunidade de trabalho e geração de renda:

É uma oportunidade para que os trabalhadores consigam colocar, expor seus produtos, tirar da roça, pra poder justamente ter um ganho extra. Às vezes é... principalmente para pequenos trabalhadores, agricultores né? Tem aquela produção agrícola e tem que ter o giro pra poder se auto-sustentarem. (Jarbas da Cruz, 2010)

Para Jun Sukekava¹⁷, neste espaço de comercialização, os produtos seriam mais naturais. E diz que prefere consumi-los a ter produtos plasticamente bonitos e não-saudáveis:

¹⁴ João André Righi - Agricultor, no projeto desde 2000. Participa do grupo AUPIC.

¹⁵ Guacira Kirenhof Rodrigues – dona de casa e consumidora. Afirma que vai à Feira todos os sábados em busca de “produtos saudáveis”.

¹⁶ Jarbas Luiz Kniphoer da Cruz - Militar. Refere que a esposa já participou do projeto no segmento de artesanato. Consumidor há três anos, o que busca na feira são produtos “mais naturais”.

É um projeto que visa dar um espaço para que os pequenos agricultores, pra produzir e vender, ter um espaço aberto pra vender os produtos que eles mesmo produzem... sem, eu acho que alguma coisa assim... com menos tipo de agressividade possível, de agrotóxico, essas coisas! (Jun Sukekava, 2010)

A produção orgânica é uma meta a ser alcançada no Projeto Esperança/Cooesperança. Para o agrônomo Marcos Diehl¹⁸, que dá suporte aos agricultores na tentativa de diminuir os insumos sintéticos nas propriedades, o Projeto é antes de tudo, uma grande família que oportuniza espaço para que o trabalho seja efetivamente gerador de renda .

É um grupo grande, bem abrangente... que trabalha com bastante pessoas... bastante agricultores familiares e urbanos. Então tem essa relação rural-urbano. Então o projeto Esperança é uma porta que abre pra muitas pessoas que não tem possibilidade de ter um ponto de comercialização, de não ter uma alternativa de renda. (Marcos Diehl, 2010)

A ES, para Singer e Kruppa (2004), vem se constituindo como uma alternativa estruturante para pessoas pobres e muito pobres, inclusive para aquelas beneficiadas pelos programas de transferência de renda. No Projeto, este discurso de alternativa é utilizado expressando um certo apelo aos grupos excluídos, apesar do Feirão já ter se consolidado como ponto comercial. Neste sentido, Luis Antônio Comassetto¹⁹ evidencia que a comercialização é de fato o ponto referencial, o motivo de entrada no projeto, mas chama a atenção para o que acontece depois desta inserção:

¹⁷ Jun Sukekava - Natural do Paraná, formado em direito, policial civil. Consumidor há 5 anos. Refere que busca “alimentos saudáveis”.

¹⁸ Marcos Roberto Diehl – agrônomo. Participa do projeto desde 2005 quando fazia parte do grupo GATS (Grupo de Agroecologia Terra Sul) da UFSM. Hoje dá suporte técnico aos agricultores com o objetivo de qualificar a produção diminuindo o uso de insumos sintéticos e apoio logístico, para o desenvolvimento de hortas comunitárias em espaços urbanos.

¹⁹ Luiz Antônio Comassetto – Agricultor, no projeto desde 2000. Faz parte do grupo ASEV (Associação Sítio Ecológico da Vovó) e compõe a direção do Projeto na Comissão da Agricultura Familiar e Agro-indústria. Atua na área sindical como presidente da ASSINTRAF (Associação dos Agricultores Familiares da Região Centro do RS)

Só que daí tu acaba botando o pé lá e dentro e, em uma semana tu diz: opa! Só um pouquinho! Vamos devagar que a coisa não é bem assim aqui! Aqui tem idéias boas, tem coisas boas, tem pessoas boas. Vamos agregar! Tem centenas de pessoas que não sabem de nada, tão excluídas ainda. Bom, vamos se organizar, vamos atrás das pessoas, vamos trazer, vamos construir. É isso que a gente tem feito, quase que diariamente. E isso é muito valioso pra todos nós. (Luis Antônio Comassetto, 2010)

Apesar da comercialização ser o grande atrativo e dar visibilidade ao empreendimento, segundo a Irmã Lurdes, o Projeto é maior. É uma forma diferenciada de organização que tem como meta o fortalecimento do cooperativismo, da agricultura familiar e da economia solidária, rumo a um desenvolvimento sustentável.

É um trabalho que envolve muitíssimas pessoas e, com certeza, contribui para um novo modelo de desenvolvimento solidário e sustentável no meio rural e no meio urbano. E trabalha com diferentes segmentos entre eles agricultores familiares, trabalhadores urbanos, artesãos, pessoas que trabalham na área de alimentação. Também com vários grupos tipo quilombolas, catadores, povos indígenas (...) e também com os consumidores conscientes e organizados. (Lourdes Dill, 2010)

A inclusão social leva o indivíduo ao aprimoramento da consciência de seus direitos e deveres, potencializando a construção de identidades coletivas e a consciência crítica em relação à cidadania. Para Begair do Carmo Flores²⁰, esta inserção na comercialização é um meio de inclusão social, que se dá pela sensação de pertencimento a um grupo:

O projeto... ele é vida. A gente percebe que aquelas pessoas que estão excluídas da sociedade ou, pelo menos, o sistema exclui conseguem um espaço pra se sentirem pertencentes a um grupo e participantes dessa sociedade. (Begair, 2010)

²⁰ Begair do Carmo Flores – professora estadual aposentada e massoterapeuta. É voluntária no projeto desde 2003. Participa do grupo Viva Melhor faz parte do colegiado e desenvolve atividades de formação e educação continuada.

Os discursos aqui apresentados – que trazem expressões como “irmandade”, “agregar”, “solidariedade” - indicam que as relações afetivas tendem a ser valorizadas. Isto tende a amenizar o apelo do sistema econômico em que as relações produtivas são norteadas pelo individualismo e pelo lucro, e buscam a aproximação da atividade econômica com os princípios cristãos de fraternidade.

A inclusão social e a qualidade de vida sempre foram os grandes motivadores do Projeto. A Irmã Lourdes lembra que há 30 anos, ninguém no Brasil ou na América Latina falava em Economia Solidária, em comércio justo ou nesta nova forma de cooperativismo, e chama a atenção para o fortalecimento da comercialização como uma possibilidade de melhora das condições de vida.

Nós sabemos que no Brasil e no mundo, tantas pessoas passam fome, de desemprego. Tem tantos problemas também de saúde que decorrem, muitas vezes, da falta de trabalho, falta de condições de vida digna. E na medida então, que as pessoas tem trabalho, tem renda, elas podem qualificar sua vida. (Lourdes Dill, 2010)

A comercialização envolve os indivíduos e grupos que estão à margem do sistema vigente, possibilitando ao “excluído” o retorno à condição de trabalhador integrado ao processo produtivo. A inclusão econômica que integra os indivíduos no conjunto de relações comerciais nas feiras do Projeto parece ser compreendido pelos seus participantes como sinônimo de inclusão social.

Para o FBES (2010), as feiras organizadas pelo Projeto Esperança/Cooesperança, são uma referência nacional e internacional no fortalecimento da ES que tem base no trabalho coletivo²¹, na autogestão²² e em processos de formação fundamentados na educação popular. Begair admite que a adesão ao Projeto se dá pela necessidade de comercialização, mas considera o processo de educação

²¹ O trabalho coletivo compreende o planejamento participativo, a divisão de tarefas e o trabalho em equipe em torno do mesmo objetivo. Orienta-se no sentido de troca de experiências, na cooperação, constituindo-se como uma teia de relações que permite a produção em conjunto.

²² A autogestão é produto do exercício da gestão participativa onde as relações de produção e gestão são assumidos por todos os componentes do grupo.

continuada é fundamental e se estabelece como parte da inserção no projeto, paralelamente à comercialização:

Quando ele entra novo, ele procura justamente pela sobrevivência, pra aumentar sua renda. Mas só que no processo... É ir passo a passo e fazendo o processo e construindo o conhecimento. E no construir esse conhecimento, a gente vai dando a oportunidade de cada um buscar sua cidadania e se sentir pertencente ao processo. E além de ser pertencente, participante! E aí ele vai continuar a necessidade de lutar por políticas públicas, por segurança alimentar, por políticas de saúde. Lutar por moradia, por transporte, por educação. (Begair, 2010)

Esta inclusão em espaços de formação, que acontece em reuniões aos sábados, fóruns e cursos é percebida pelos consumidores. Para Jun, além do trabalho de comercialização acontecem atividades de conscientização dos produtores sobre sua função social:

Eu acho que esse trabalho de educação, esse trabalho de mostrar, mostrar pra eles o lugar deles. O lugar que cabe pra eles dentro dessa sociedade que a gente vive! E que não é uma coisa degradante, que é uma coisa muito boa pra sociedade e pra eles próprios. (Jun Sukekava, 2010)

A ES projeta-se como uma estratégia de enfrentamento à exclusão e à precarização do trabalho. Em virtude disso, os empreendimentos solidários são descritos pelo MTE (2006) com base em princípios estruturantes das relações sociais, entre eles: a cooperação, a solidariedade e a autogestão dos processos de trabalho. Então, esse processo que vai além da dimensão da viabilidade econômica, faz com que os espaços de aprendizagem sejam espaços de ganho de auto-estima, de valorização do trabalho e de qualificação de vida. Para Comasseto, lembrando sua história de inserção, afirma que sentir-se parte do grupo muda a relação dos sujeitos com a vida.

No momento em que você começa a conviver com outras pessoas, em grupo, você vê que a coisa é bem diferente. Que tem várias pessoas que formam um elo nesse grupo, que vão estar te ajudando a te organizar melhor a tua própria sobrevivência. (Luís Antônio Comasseto, 2010)

A (re)organização do trabalho e da vida é uma permanente construção para os participantes do Feirão. Para o agricultor Oldemar Streck²³, fazer a feira não tem um fim exclusivamente comercial, mas educacional. Para o agricultor, o Feirão é um espaço que oportuniza a aprendizagem contínua:

Cada sábado que você tá lá, você tá aprendendo. Sempre tá aprendendo, sempre tá buscando. Por que sempre tem um cliente que veio ver se tu tá bem, como é que tá a chácara, como é que tão indo com a plantação. Tu tem uma dúvida... porque Santa Maria é um pólo educacional né? Então, tu tem agrônomo, tu tem médico, tu tem fisioterapeuta... tu tem tudo o que tu quiser, tu tem à tua volta. Então, tu tem uma dúvida, tu pergunta! E as tuas respostas vem! Então, o Projeto Esperança, pra nós aqui, é uma casa com uma grande janela aberta pro mundo! (Oldemar Streck, 2010)

O consumidor Celso acredita em um processo de educação que crie uma nova cultura entre produtores e consumidores, onde o consumo consciente e o cuidado com a vida é o mais importante. Neste sentido, qualifica o projeto como um alerta sobre o que a humanidade está fazendo não é natural. E afirma que, mesmo vivendo numa sociedade capitalista, dá pra conviver sem explorar os outros, sob uma perspectiva de solidariedade, que valoriza o coletivo e a cultura de subsistência.

Eu acho que o projeto traz esta primeira grande contribuição. O cuidar da gente mesmo implica em cuidar, e voltar a comer aquilo que a natureza produz. Ou, pelo menos, mesmo que a gente produza, mas produzir a partir dos seus processos naturais de vida vegetal por exemplo. De vida animal também. (Celso Ilgo Henz, 2010)

²³ Oldemar Streck - Agricultor, no projeto desde 2000. Participa do grupo UNIFAR (União Familiar Rural) e compõe a direção do Projeto na Comissão da Agricultura Familiar e Agroindústria.

O cuidado com a natureza e com o consumo se destacam nos discursos sobre o Projeto, princípios que o caracterizam como uma organização de economia solidária. Para o FBES (2008) a ES é um conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, finanças e consumo organizadas de forma autogestionária que tem como princípio a melhora da qualidade de vida de todos os seres humanos.

Para o agrônomo Marcos Diehl, a Economia solidária é um processo econômico não-excludente que fortalece o coletivo. Para isso, os empreendimentos devem estar pautados em três bases: ser economicamente viável, socialmente justo e ecologicamente correto. E descreve como vê o projeto:

Eu tenho o Projeto Esperança como uma referência de Economia Solidária no Brasil. É muito fácil de visualizar quando você vai na feira aos sábados de manhã. Que lá existem pessoas que estão trabalhando autogestão, que é um princípio de ES.(...) E também a parte economicamente viável né? Por que não tem nenhum atravessador, é produtor-consumidor. Socialmente justo porque é a inserção das pessoas no sistema de economia, de produção. E ecologicamente correto porque tá tentando fazer o trabalho que menos agride o ambiente, né? (Marcos Diehl, 2010)

As expressões do agrônomo Marcos são emblemáticas e trazem consigo algumas contradições. A consideração de que ser “socialmente justo” se foca na inserção dos produtores na comercialização, nem sempre se reflete no consumo de produtos “ecologicamente corretos”. Esta é uma questão ainda não solucionada no Projeto e percebida no discurso dos consumidores quando utilizam expressões como estar em busca de produtos “mais naturais possíveis” ou “com menos veneno”.

O apoio dos governos municipal e estadual, por Valdeci Oliveira²⁴ e Olívio Dutra²⁵ entre 1999 e 2002, segundo Icaza e Freitas (2006), possibilitou que o Projeto Esperança/Cooesperança se consolidasse como uma referência em economia soli-

²⁴ Segundo Icaza e Freitas (2006), a gestão do Prefeito Valdeci Oliveira proporcionou que o Projeto passasse a ser uma referência para a elaboração de políticas públicas de inclusão social e de geração de renda. Durante sua gestão, a feira na Praça Saldanha Marinho que acontecia eventualmente, passou a ser realizada mensalmente com duração de uma semana.

²⁵ Segundo Icaza e Freitas (2006), no final de 2002, com a saída de Olívio Dutra, houve uma mudança de prioridades com redução do apoio e extinção das políticas de ES.

dária em níveis estadual e federal. Nesta economia, todo o ciclo produtivo é importante, mas essa perspectiva não parece estar clara para todos os envolvidos no Projeto. A agricultora Maria, mesmo afirmando produzir sem agrotóxicos, explica Economia Solidária como sinônimo de comercialização. Esta similaridade também é presente na fala do agricultor João sobre a relação que se estabelece entre os participantes: “Economia Solidária é um Projeto... como se fosse uma cooperativa, uma coisa né? Solidário pro pessoal né? Uma comunidade, uma irmandade.”

Esta mistura de conceitos, leva o consumidor Celso a chamar a atenção para o que seja um projeto solidário de economia: “O que é um projeto solidário de economia? A economia envolve não só a venda. Ela envolve as pessoas, o meio de produção, o processo de produção e a mercadoria (...) o produto!”

Para o FBES (2008), os empreendimentos solidários são as organizações formadas por trabalhadores rurais e/ou urbanos que exercem coletivamente a gestão das atividades, assim como a alocação dos resultados. São organizações regulares que realizam atividades econômicas de produção, de bens, de prestação de serviços, de créditos, de comercialização e consumo solidários sob a forma de redes e cadeias solidárias.

Alguns consumidores parecem conhecer a dimensão deste conceito quando definem seu papel no Projeto. Para Jarbas, sua participação é parte da cadeia de economia solidária:

Como eu sou só consumidor. Eu acredito que eu faço parte na questão de colaborar justamente pra que o pequeno agricultor possa produzir sabendo que vai ter depois... na verdade, o consumidor. Sem o consumidor ele não fecha o ciclo né? Plantador, vendedor e ... então, eu acredito que o meu papel é importante. (...) Eu deixo de pegar, muitas vezes, produtos industrializados ou químicos e venho justamente comprar produtos mais naturais. Acredito que seja com mais matérias orgânicas e até pra natureza isso deve ter um pouco de relevância. (Jarbas da Cruz, 2010)

Esta idéia de aproximação com a natureza e de um consumo ético e solidário é a busca do consumidor Jarbas. Neste mesmo sentido, Begair define a ES como

um novo modo de produzir, comercializar e consumir solidária e eticamente. Caracterizando toda a cadeia, desde a produção até o destino do resíduo, explica:

Por que isso? Porque não adianta eu dizer: é uma nova forma de vender, uma nova forma de você trabalhar a economia. Porque não é isso! Tu tem que pensar a cadeia toda. Desde a produção até o consumo e ao que sobra do consumo. (Begair do Carmo Flores , 2010)

Para o FBES (2008), a prática da Economia Solidária é um trabalho cooperativo, associativo e em rede que aparece nas iniciativas de produção, comercialização e consumos solidários. Assim, envolve e articula diferentes estágios da atividade econômica, desde a produção até o consumidor final. O crescimento da ES como um novo modelo de vida e organização, onde o desenvolvimento solidário e sustentável é a prioridade se reflete, segundo a Irmã Lurdes, na atual campanha da Fraternidade intitulada “Economia e Vida”.

A Economia Solidária é um outro modelo de vida e organização, onde a produção é coletiva onde é possível, onde os bens são compartilhados né? Não há a perspectiva de concentração de renda e as pessoas, elas se tornam partícipes de uma construção coletiva, de um projeto comum. Onde as relações humanas, o ser humano, a vida humana, ela é a base né? (Lourdes Dill, 2010)

Para a Cáritas (2006), fazer economia solidária é pensar de forma coletiva e procurar estratégias para intervir nas políticas públicas. É buscar medidas capazes de modificar padrões de produção, consumo, apropriação, reprodução e gestão de bens e recursos disponíveis. E participar de redes de produção, de comercialização e das reuniões dos fóruns. Esta parece ser a busca do projeto, que se materializa nas grandes feiras, algo em “processo” como citam vários entrevistados.

O processo, para o consumidor Celso, exige um cadastramento de grupos de famílias e, a partir disto, ocupa-se semanalmente um espaço coletivo. A condição teoricamente posta para isso é de que os grupos comercializem produtos que sejam

os mais naturais possíveis. No entanto, para ele, a produção continua sendo individualizada:

O ideal seria se amanhã ou depois, a gente conseguisse construir uma grande cooperativa em que os meios de produção também fossem cooperativos e, o processo de produção fosse cooperativo. Porque hoje a Economia solidária no projeto Coesperança se resume a um processo cooperativado de venda. E nem tanto! (Celso Ilgo Henz, 2010)

A cooperação é o um método de ação pelo qual indivíduos ou coletividades que têm interesses comuns constituem um empreendimento. As cooperativas baseiam-se em valores de ajuda mútua, democracia e equidade e, em virtude disso, para a ANTEAG (2007) são o melhor modelo de organização do trabalho coletivo autogestionário. Assim, para que mudanças na cultura de produção e gestão sejam permanentemente construídas no Projeto, o trabalho precisa ser cooperativo desde a produção.

Para Comassetto, o Projeto agrega a população urbana e rural que tenha vontade de ter um segmento dentro da Economia Solidária. Desta forma, a entrada dos trabalhadores no projeto tem como motivação a comercialização com a finalidade de geração de renda, mas esta inserção não garante à adesão aos princípios de ES. Neste sentido, a consumidora Clei comenta:

Tem gente que vê o projeto, acredita no projeto, tem gente que não! Que está apenas comercializando tá? Está comercializando, mas acha que ali é o local pra comercializar. Quer dizer, é um discurso de que não acredita mas, ao mesmo tempo, está inserido. (Clei Biguelin, 2010)

Este aspecto é um ponto de conflito nos discursos dos produtores e consumidores. Algo denominado como um processo em construção cotidiana pelas lideranças do projeto. O professor Celso explica a lógica do produtor que não adere aos princípios:

Eu tô plantando não é para garantir uma melhor qualidade de vida para um grupo de pessoas que se inserem no projeto. Não. Eu continuo plantando pra vender, pra ganhar dinheiro. Só que eu encontrei no projeto uma alternativa porque as grandes redes não compram de mim. Então, no projeto, tudo bem, é bom, mas só no momento da venda de novo. A produção continua sendo individualizada, competitiva né? (Celso Ilgo Henz, 2010)

Este processo de inserção não é algo livre de discórdias que aparecem nas falas relacionadas aos processos de produção, com destaque para a utilização de insumos químicos. Para o agricultor Oldemar, os produtos comercializados deveriam ter um padrão de forma a qualificar o grupo. Ele chama a atenção para o fato de que “ninguém está sozinho lá” e que, aderir aos princípios de ES, faz com que todos cresçam juntos.

Nós buscamos assim: qualificar sempre, mas não buscar a quantidade, mas assim, a qualidade dentro das possibilidades da gente (...) Se todo mundo trabalhasse dentro desse padrão que eu busco, que é produzir aquilo que se consegue dentro da propriedade e levar. Aí, cada um dos que tão lá dentro do projeto teriam oportunidade de ampliar. (Oldemar Streck, 2010)

Para a Irmã, considerando que hoje a produção passa por um período de transição, a meta do Projeto é a produção ecológica:

Nós temos como meta de não produzir com veneno, com agrotóxico. Onde as pessoas produzem de forma orgânica, ecológica. Cada vez mais também aprimorando essa prática(...) Por mais que o agricultor queira produzir de forma ecológica, muitas vezes, o meio que ele vive, as condições são desfavoráveis. Porque a água está contaminada, a terra, o ar...então nem sempre é possível, mas o pessoal está numa fase de transição muito bonita e assumindo participativa e interativa de fazer de fato, um dia, 100% da produção ecológica. (Lourdes Dill, 2010)

Quando se trata deste assunto, o agricultor João para quem a inserção no projeto resultou no abandono da cultura de fumo, ilustra esta transição: “Ora, alguma

ou outra coisa, a gente se obriga a botar venozinho. (...) Mas a maioria é sem veneno!”

Para a consumidora Encarnación Almudi²⁶, a produção ecológica é o ponto nevrálgico da cooperativa. Ela, que já participou do projeto como membro de uma ONG que tinha como objetivo orientar a produção de produtos saudáveis, traz a produção de orgânicos como a questão primordial:

Se houvesse, que fique bem claro, uma comercialização de produtos orgânicos (...). Se isso ocorresse, não só eu vejo o público em geral ter uma alimentação saudável mas principalmente pras pessoas doentes como as que fazem quimioterapia, que fazem uso de remédios de uso continuado... elas poderiam facilitar e melhorar a sua qualidade de vida através da alimentação sem venenos. (Encarnación Almudi, 2010)

É com esta justificativa que a bióloga fala que o Projeto falha no respeito ao consumidor. Este posicionamento que traz a tona o conceito de consumo consciente, um dos pilares da ES, é compartilhado por Oldemar. O agricultor afirma que na ES a família que trabalha busca uma renda para viver com dignidade, busca qualificar sempre seu produto e chama a atenção para sua preocupação com os alimentos de alto risco sanitário:

Porque na verdade nós estamos jogando, não só com a nossa saúde, mas estamos jogando com a saúde do nosso cliente. Nós estamos levando produtos pra ele que, a mesma qualidade que eu tenho aqui na minha mesa na hora do meio dia, eu quero levar pra ele também. E que ele sinta essa mesma satisfação que eu sinto! (Oldemar Streck, 2010)

²⁶ Encarnación Almudi – Frequenta a feira como consumidora de produtos livres de insumos químicos.

A identificação dos produtos como orgânicos é algo que gerou grandes discussões no projeto. Segundo Encarnación, isso não foi aceito porque poderia gerar discriminação.

Que haja esclarecimento pro público porque o público tem direito. O público tem que ser respeitado e dizer: este produto não é orgânico. E isso não é aceito porque diz que vai haver uma discriminação. Então, a discriminação é mais forte do que o respeito ao consumidor. (Encarnación Almudi, 2010)

Quanto a esta possibilidade, o agrônomo Marcos confirma que hoje não existe indicação sobre o produto ser orgânico ou não e que existem produtores 5%, outros 100% ecológicos. Mas afirma que a pretensão é voltar a discutir este assunto de forma a criar um selo interno que identifique os produtos em processo de limpeza, de ecologização. Esta idéia de consumo saudável é bem marcada no discurso do agricultor Luiz Antônio: “Não uso nada de agrotóxico porque, primeiro, a família consome, depois eu vou vender (...) O que eu produzo aqui quase seria um excesso do consumo familiar. Primeiro a família, depois os consumidores.”

Para a consumidora Encarnación, que adquire seus produtos em bancas demarcadas²⁷ define os produtores realmente identificados com a Economia Solidária, como pessoas que merecem incentivo:

Eu acho que são pessoas abnegadas, são pessoas lutadoras (...) A gente tá sempre trazendo um incentivo, tá sempre trazendo uma palavra de força. Faço questão de comprar neles pra que possam entrar o dinheirinho porque eu sei que isso é vital pra eles, né? Esse ponto de comercialização. Já que infelizmente, o resto custa tanto. E são pessoas que realmente, eu tiro o chapéu. São pessoas que tem uma filosofia de vida muito bem marcada (...) Eu tenho a garantia de que sábado que vem eles vão estar de volta. (Encarnación Almudi, 2010)

²⁷ A entrevistada afirma que só compra de alguns produtores conhecidos pela certeza de que não usam agrotóxicos

Este incentivo vindo do consumidor é relatado pelos agricultores e parece fazer parte desta cadeia de solidariedade. Para o agricultor Luiz Antônio: “A solidariedade vem a partir dali: desde que eu produzo, do que eu consumo e do que eu passo pro consumidor.”

O Projeto Esperança/Cooesperança é um espaço de organização do trabalho que busca concretizar a Economia Solidária como uma forma de criar condições de uma vida digna para todos. O Projeto enquanto concentrador de empreendimentos solidários, materializados no Feirão Colonial e nas Feiras do Cooperativismo, tornou-se referência nacional e internacional em comercialização direta. Todos os entrevistados mostraram sua identificação com o projeto. Mas também chamaram a atenção para as fragilidades que, por vezes, os distancia das propostas de ES: na valorização do trabalho familiar, na necessidade do incremento da produção orgânica e no respeito ao consumidor e à natureza.

4 SAÚDE E SAÚDE DO TRABALHADOR

O conceito de saúde é definido de formas diferentes refletindo a conjuntura na qual os sujeitos estão envolvidos. Depende portanto de seus valores, crenças e comportamentos, elementos humanos culturalmente condicionados. Neste estudo contextualizado em um ambiente que agrega atores sociais em torno da proposta de concretização de redes de Economia Solidária, pode-se identificar esta multiplicidade de entendimentos sobre a questão. As definições compreendem a idealização da saúde perfeita, a dicotomia saúde-doença e os conjuntos de elementos que determinam uma boa qualidade de vida para os trabalhadores e suas famílias.

A idealização da saúde pressupõe a ilusória inexistência da doença. Esta noção se evidencia na fala da consumidora Clei que a define como um “bem-estar total, físico, social e mental”. E se confirma no discurso de Begair na afirmação de que ter saúde é ter condições de uma vida “plena, integral, perfeita”. A esta perfeição, contrapõe-se a realidade da vulnerabilidade ao adoecimento, que aparece como um dos elementos mais comuns nas entrevistas. O agricultor Oldemar relata a lógica de pensar saúde quando isto significa não estar doente:

Olha! Saúde é uma coisa complicada. A gente pensa assim: quando eu não tenho nenhuma dor de cabeça, eu tô saudável, né? Só que a saúde envolve muitas coisas. A saúde envolve ene problemas que a gente muitas vezes não avalia e não se importa! Muitas vezes, tu não valoriza. Só valoriza quando tu realmente precisa. (Oldemar Streck, 2010)

Esta expressão “quando precisa” indica que é justamente o reconhecimento da vulnerabilidade ou a instalação do adoecimento que evidencia a importância do auto-cuidado. E neste sentido, Oldemar chama a atenção para a valorização dos cuidados que, segundo ele, não são levados em conta no dia a dia dos trabalhadores. Esta idéia remete à naturalização dos riscos impostos pelo trabalho e a possibilidade de significar a saúde como capacidade laboral. Esta relação direta saúde-

trabalho aparece claramente na fala do agricultor Luiz que definiu saúde como “o bem-estar da pessoa”.

Se não tenho saúde, meu bem-estar, minha convivência com as pessoas que circulam em roda de mim assim... não tem um bem-estar, não tá bem, não pode desenvolver o trabalho assim, né? (Luiz Antônio Tavella, 2010)

Para Luiz, o bem-estar está ligado à capacidade humana de conviver e isso o remete diretamente ao trabalho. Esta relação saúde-trabalho faz muito sentido na medida em que, identificado com os princípios de economia solidária, o agricultor valoriza o trabalho cooperativo, que exige a capacidade de comunicação e convivência. Estas capacidades também aparecem na fala de Comassetto, que atribui à sua inserção no projeto o desenvolvimento da capacidade de “dialogar com qualquer pessoa”:

O que mudou na minha vida foi entender que a principal causa da sobrevivência do ser humano aqui, pra conseguir alguma coisa ou pra trabalhar em conjunto, a gente tem que ter o entendimento e o diálogo. Senão, nós não somos seres humanos. (Luiz Antônio Comassetto, 2010)

Esta perspectiva relacional que se refere às práticas coletivas em economia solidária está presente no discurso dos trabalhadores entrevistados, valorizando o ser humano e suas relações familiares. Assim, evidencia-se que, para eles, a saúde não diz respeito apenas à individualidade. Então, assim como nos processos de trabalho, a noção de saúde também se mostra como uma demanda coletiva.

Foi esta questão coletiva que levou os movimentos sociais a lutarem pela saúde como um direito. Direito humano fundamental que, no Brasil, consolidou-se na Constituição Federal enquanto um direito universal. A garantia dos níveis de saúde pelo Estado expressam a organização social e econômica do país (BRASIL, 1990a), evidenciando a intersectorialidade implícita no conceito de saúde descrito na LOS:

A saúde tem como fatores determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer e o acesso a bens e serviços essenciais. (Art. 2º da Lei Federal nº 8080/1990)

Desta forma, a saúde vai além da vulnerabilidade ao adoecimento individual, já que é condicionada e determinada por múltiplos fatores. Nesta perspectiva, empírica e teoricamente, é possível relacionar o conceito de saúde à economia solidária por sua clara preocupação com as condições dignas de vida. Esta variedade de determinantes e condicionantes para uma vida digna são elencados pelos entrevistados quando referem-se à saúde do trabalhador.

A preocupação com a saúde coletiva e com o meio ambiente aparece claramente no discurso da Irmã Lourdes quando afirma que todos os seres humanos anseiam por saúde.

Eu entendo assim, que saúde é todo o meio, né? Seja ele psicológico, seja ele humano, seja ele... no contexto que envolve toda a pessoa humana. É a qualidade de vida, né? E pra isso, a pessoa tem que ter condições mínimas e ter uma moradia, de ter uma alimentação digna, ter um trabalho, ter um meio também saudável de viver, pra que possa ter de fato a qualidade de vida e saúde, né? (Lourdes Dill, 2010)

A fala da Irmã Lourdes se aproxima do conceito ampliado de saúde quando a descreve como uma conquista, resultado de um cuidado que qualifica a vida. Sua definição traz elementos que remetem à totalidade da vida humana e elenca condições de habitação, nutrição, trabalho e meio ambiente. Comassetto também relaciona estes elementos, entendendo que a saúde não é uma questão individual, demonstrando sua preocupação sanitária e ambiental. Para isso, o agricultor chama a atenção para a necessidade de “se olhar ao redor”:

A saúde, eu entendo que ela não é só nós... que ela pega desde a parte do nosso habitat, dos locais, o local onde vivemos, da manutenção, da limpeza, da organização, da higiene. (...) Analisando ao teu redor, você sabe que não tem saúde. (Luiz Antônio Comassetto, 2010)

O local de vida remete à noção de território presente na PNPS (2006) em que a organização da atenção e do cuidado devem envolver espaços além do sistema de saúde, incidindo sobre as condições de vida. Assim, a promoção da saúde deve acontecer favorecendo a ampliação de escolhas saudáveis por parte dos sujeitos e coletividades no território onde vivem e trabalham.

Esta preocupação com a convivência harmônica com o local de vida aparece na definição da consumidora Guacira, que durante toda a entrevista referiu-se às vivências fora dos ambientes urbanos. Remetendo-se constantemente à idéia de saúde ligada à vida rural e ao contato direto com a natureza, afirmou: “Eu acho que é a gente tá bem com a gente. Aonde a gente vive porque o ambiente que tu tá faz toda a diferença.”

As escolhas saudáveis que remetem à produção de orgânicos, à proteção do meio ambiente e ao consumo consciente constituem-se em motivação para os consumidores freqüentarem o Feirão, mas há um aspecto a ser destacado: as relações sociais estabelecidas a partir dos processos de comercialização. Este aspecto fica muito evidente no discurso da consumidora Clei:

Não ir no sábado. Não descer no sábado. A gente fica triste! Depois que eu comecei a ir... E lá eu tenho assim a certeza de que eu compro que é produzido por eles. Que não usam pesticidas. Então eu acho que a vida da gente se torna bem melhor. E mais uma coisa, a gente acaba fazendo amizade com quem vai, sabe? (Clei Biguelin, 2010)

E se confirma na “necessidade” de freqüentar o Feirão descrita pelo consumidor Celso: “Aquilo já virou uma cachaça. É um vício. Todos os sábados de manhã, eu tenho que dar minha chegada lá na feira do Coesperança. Se eu não chegar, parece que falta alguma coisa!”

O ambiente de sociabilização, amizade e lazer que se estabelece durante as atividades do Projeto também são destaques no discurso de Begair, para quem ter saúde “é muito mais que não sentir dor, é ter uma vida plena, integral”. Esta idealização que inclui a religiosidade se torna tangível quando, em seu discurso, a saúde se traduz em exercício de cidadania pelo acesso a direitos básicos e aos recursos materiais mínimos para uma vida digna:

Saúde é você buscar soluções pros problemas da tua vida (...). É você ter uma casa boa, você ter alimento, você ter lazer (...), vestuário, direito à educação. É ter direito de ir e vir. (...) Saúde é também você se sentir igual aos outros né? E é lógico, é também evitar o insumo... os agrotóxicos, evitar... pegar a alimentação quanto mais saudável melhor. (Begair do Carmo Flores, 2010)

A busca ativa pela resolução dos problemas da vida pressupõe a autonomia dos atores sociais. Este discurso chama a atenção especialmente por ligar a saúde ao ganho de auto-estima e à inserção nos processos de trabalho autogestionário, um princípio fundamental na Economia Solidária. Destacam-se ainda duas considerações relevantes: a primeira é a inclusão social, que aqui reaparece como “sentir-se igual aos outros” na busca ativa por qualidade de vida; a segunda, e comum a todos os entrevistados, é a saúde relacionada à alimentação e ao uso e ao consumo de agrotóxicos, como ilustra a fala da agricultora Maria:

A saúde pra mim é uma grande coisa né? Principalmente nos produtos que a gente vende aqui né? Tem muito produto aqui que não tem nada de agrotóxico. Mesmo lá em casa, nós é tudo com produto de adubo orgânico, de casa né? ... A gente não coloca adubo químico nunca... tudo é orgânico... e isso faz já bem parte da saúde né? Porque já viu... com esses produtos químicos, não tem! (Maria Marlene Rodrigues, 2010)

As diferentes inserções nos processos produtivos, para Minayo-Gomes e Thedim-Costa (1997), definem padrões diversos de desenvolvimento, adoecimento e

de mortalidade. Assim, é importante considerar que as especificidades dos processos de trabalho agrícola tem repercussão direta sobre a saúde dos trabalhadores. Por exemplo, para Maria que afirma produzir de forma orgânica, trabalhar ou ingerir os agrotóxicos significa perder saúde. E, mesmo para os produtores que ainda utilizam os agrotóxicos, estes são apontados como motivo de preocupação, tanto pelo consumo familiar quanto pelo contato que o trabalho exige. Este último aspecto se evidencia na história de vida do agricultor João Righi. Para ele e sua família, a entrada no projeto significou o abandono da fumicultura²⁸, uma mudança radical nos processos de vida e trabalho:

Olha, a saúde até melhorou com esse negócio que nós temo colhendo hortigranjeiro ali... que a gente não usa muito veneno. Nós trabalhava com fumo, fumo de estufa, usava muito veneno, outras coisa...ou soja... se a gente vai trabalhar com soja tem que usar muito veneno, então melhorou bastante! (João Righi, 2010)

As atividades produtivas, segundo Giraldo (2005), inevitavelmente conectam o ambiente de trabalho, o meio natural e a saúde. No caso do trabalho rural, os contaminantes ambientais são a maior causa de danos à saúde dos agricultores e por isso, segundo o entrevistado, a transição da cultura do fumo para os hortigranjeiros “não foi difícil” porque melhorou a vida de todos.

Nas comunidades agrícolas onde o trabalho é familiar, o uso de agrotóxicos leva à exposição de todos os componentes da família. Para Garcia e Almeida (1991), isto acontece pelo contato direto, pelo armazenamento inadequado dos produtos e pela contaminação ambiental e dos alimentos consumidos. Para o agricultor João, a diminuição do uso de insumos químicos é apenas uma parte da melhora da qualidade de vida, já que atribui a constância das culturas, da produção em pequenas quantidades e da renda gerada permanentemente como os motivos de melhora da saúde.

²⁸ O projeto Esperança/Cooesperança desenvolve atividades na defesa de “um mundo sem tabaco” e realizou no dia 25/08/2010 o 20º Seminário Estadual de Alternativas à Cultura do Fumo no Centro de Referência de Economia Solidária Dom Ivo Lorscheiter.

Melhora... não foi difícil (...) Até foi melhor agora porque agora o que a gente planta, a gente vende, o dinheiro... tem de dia em dia. Aquela vez, recebia uma vez por ano. Quando via, não tinha mais dinheiro. Até melhorou isso! A saúde modificou porque uma, a gente não trabalha mais em quantia. Faz em quantia porque aí tem que trabalhar mais né? A gente vai colhendo de semana em semana e tem o dinheiro! (João Righi, 2010)

Então, a percepção da mudança no ritmo e no tipo de trabalho que vem gerando renda, levou o Sr. João a lembrar do excesso de trabalho em função da necessidade da produtividade imposta pela cultura do fumo. Isto remeteu o agricultor às conseqüências de produzir em grande quantidade, trazendo a questão do trabalho como sofrimento que adocece pela sobrecarga física e psicológica.

A relação entre saúde e dinheiro foi estabelecida pelo entrevistado comparando a entrada constante da renda à necessidade de empréstimos, referindo-se a um passado em que era comum “perder noites de sono pensando em pagar o banco”. Esta relação também é relatada pelo consumidor Jarbas quando se refere à importância e a repercussão social da comercialização no Feirão:

Se o trabalhador produz, não vende, não adquire financeiramente, como que ele vai se sustentar? E como vai ficar o lado psicológico dele? (...) Eu acho que a saúde dele depende basicamente também do lado financeiro. Pra ele se sentir bem e ter o auto-sustento. Não adiante ele só produzir e apodrecer na roça o produto. E, por outro lado, financeiramente, ele não vai ter o auto-sustento. Aí eu acredito que vai dar o êxodo rural. Ele vai vir e vai tentar, na cidade, a busca de uma profissão que talvez não se adequam a ele. Aí nós vamos ter outros problemas sociais que vão acontecer. (Jarbas da Cruz, 2010)

Para o consumidor Celso, a saúde incorpora todos os elementos apresentados até aqui. Para ele, ter saúde é conseguir viver bem com o corpo, sem tornar-se escravo dele ou escravizá-lo:

Você se assumindo como uma inteireza de corpo-consciente, de corpo-emoção, de corpo-espiritual. E por isso que eu digo assim: saúde pra mim não é só uma questão física. Ela implica uma gama muito grande de questões outras. (Celso Ilgo Henz, 2010)

Estas muitas questões remetem às expressões já utilizadas por outros entrevistados: qualidade de vida, bem-estar, vida digna. Nesta mesma linha de pensamento, a saúde segundo Encarnación, é um “conjunto inacreditavelmente imenso que faz com que a pessoa tenha uma boa qualidade de vida e consiga sobreviver”. O que para Jarbas, significa estar bem consigo mesmo; em equilíbrio físico, orgânico e mental.

Para Oldemar, para se ter saúde, um aspecto importante é “a liberdade de fazer aquilo que tu gosta”. A fala do professor Celso parece complementar esta afirmação incluindo a alegria, o prazer de viver, e serve para ilustrar as concepções anteriormente apresentadas. A partir da idéia de que “Um corpo que não vibra ou reage é um corpo doente”, o professor afirma:

Saúde pra mim é você sentir-se bem. Fazer o que gosta por exemplo. Eu acho que a alegria faz parte de você ter saúde. Isso implica sim em eu cuidar com o que eu me alimento, o quanto eu me alimento, que atividades físicas eu faço. Isso implica de novo no cuidado comigo, o cuidado contigo e o cuidado com essa Mãe Terra que é de onde viemos, para onde vamos e com que somos.(Celso Ilgo Henz, 2010)

Nesta idealização de harmonia das múltiplas dimensões destaca-se a noção de cuidado. Um cuidado que se amplia do pessoal ao planetário, o que mais uma vez, reforça os conteúdos das entrevistas nos quais a saúde é significada como qualidade de vida. Uma saúde identificada pelos entrevistados que vai além da não-doença, e considerada como um equilíbrio dinâmico de aspectos físicos e psíquicos, conforme pode ser observado na fala do consumidor Jun:

A saúde é não... ausência de doença tanto física como psíquica e... é você ter uma qualidade de vida e conseguir usufruir das coisas boas que a vida... sem ter a preocupação se faz mal ou não (...) A questão é muito mais psíquica do que física.(Jun Sukekava, 2010)

Quando Jun fala de não ter “preocupação sobre algo fazer mal ou não”, refere-se à alimentação saudável como elemento primordial na qualidade de vida. Afirmando que esta é sua motivação para freqüentar a feira, Jun compara o hábito de se alimentar bem a ingerir “remédio todos os dias”. Para ele, consumir estes produtos “saudáveis” significa promover a saúde de todos e uma contribuição para a manutenção das famílias no campo²⁹. Quando questionado a respeito da repercussão do projeto na saúde dos trabalhadores, Jun demonstrou conhecer a dimensão de cadeia em economia solidária:

Do trabalhador consumidor ou do trabalhador em geral? Eu acho que ele cumpre essa função porque se você tem produto saudável à disposição do consumidor (...) você vai melhorar a saúde deles. E aí você tem um trabalhador consciente do que ele tá fazendo... o produtor rural que é consciente que tá fazendo uma coisa boa. Eu acho que tem vinculação entre si! (Jun Sukekava, 2010)

Este questionamento em relação a “qual trabalhador” marca o fato de que trabalhadores são todos os envolvidos no processo. São trabalhadores que produzem, que comercializam, que consomem e que tratam do resíduo. Assim, todos vivem de forma interdependente formando uma rede de relações que se propõe a ser solidária e saudável.

Esta rede de economia solidária que defende o consumo consciente aproxima-se da proposta agroecológica que, coerentemente, contrapõe-se à agricultura

²⁹ Jun lembrou que vivenciou o êxodo rural no norte do Paraná na década de 1970, decorrente da diminuição da produção do café pela ocorrência de geadas, da mecanização da lavoura e da expansão da cultura da soja. Referindo-se a este processo de migração dos agricultores para a cidade, chamou a atenção para o abandono da produção de subsistência, o empobrecimento e a evidente perda de qualidade de vida da população.

como atividade produtiva causadora de dependência econômica. A Agroecologia, para Caporal e Costabeber (2000), é um campo de conhecimento que envolve uma prática sustentável vinculada a produtos isentos de produtos químicos. Para o agrônomo Marcos, seu trabalho no Projeto está baseado nas propostas agroecológicas:

Eu trabalho com base na Economia Solidária, com base na Agroecologia e o Projeto me dá todo o suporte. Eu indo lá, a gente trabalha a saúde do agricultor né? Eu trabalho com a geração de alternativas, de qualidade de produto. É esse o meu objetivo: fazer um produto de qualidade com insumos alternativos... Então eu acho que Economia Solidária e saúde do agricultor está diretamente ligado a isso, à agroecologia. (Marcos Diehl, 2010)

Os agricultores que afirmam produzir de forma ecológica são unânimes na garantia de que seus processos de trabalho no Projeto melhoraram sua qualidade de vida, e destacando sua alimentação a ligam diretamente aos ganhos que se estendem aos consumidores. Apesar de não usar diretamente a palavra saúde, o agricultor Luiz afirma que o que comercializa é um excesso do consumo familiar e que “a solidariedade vem a partir daí: “desde que eu produzo, do que eu consumo e do que eu passo pro consumidor”. Para o agricultor, sua inserção no projeto qualificou sua vida e sua saúde, com destaque especial à valorização do convívio familiar.

Esta valorização das relações afetivas também é a tônica da explicação de melhora de qualidade de vida pelo agricultor Oldemar, que destacou o ganho em saúde mental como uma transformação de vida após a entrada no Projeto. Para ele, o afastamento do “estresse constante da vida na cidade”, conferiu liberdade e motivação, dando ao trabalho um sentido terapêutico. Destacando a vida no campo e o convívio familiar, o agricultor explica o ganho em saúde.

Não tem explicação sabe? Como é a diferença de tu morar fora, tu ter um padrão de vida saudável, tu ter uma mente limpa, tu sabe o que tu tá comendo. Essa saúde, de ter o espaço por exemplo, da família. Tu tá com a família, tu tomar café com a família, tu jantar com a família. Fim de semana, tu tá com a família. Essa convivência familiar

é a maior conquista dentro daquilo, da agricultura familiar que nós estamos fazendo. (Oldemar Streck, 2010)

O “espaço da família”, para o Sr. Oldemar, é o maior resultado de sua inserção no projeto, resultado da agricultura familiar desenvolvida incorporando os princípios de economia solidária. Assim, seja qual for a concepção de saúde presente nas entrevistas, todas remetem à qualificação das condições de vida a partir do trabalho coletivo, no qual a família é o ponto central.

A saúde foi descrita sob aspectos individuais e coletivos intimamente relacionados aos hábitos de vida e processos de trabalho. Foram descritos como saúde: a auto-estima, a liberdade, a motivação, a afetividade, a valorização da família e do senso coletivo. Mas também foram incluídos aspectos relacionais diretamente ligados aos ideais da Economia Solidária já que a saúde também foi descrita em coerência com os objetivos do Projeto Esperança/Coesperança: a harmonia da relação com a natureza e com as pessoas; a produção e a alimentação livre de agrotóxicos e a renda gerada pelo trabalho.

Pode-se perceber então, que a multiplicidade de definições de saúde apresentadas pelos entrevistados, tem ligação direta com os processos de trabalho e, portanto, repercutem na saúde os trabalhadores. As mudanças nos processos de vida cotidiana não se resumem à geração de renda, já que envolvem a inclusão social, a conquista de direitos sociais e o exercício de cidadania. Assim, a saúde para os entrevistados têm um sentido amplo que não se resume à capacidade de trabalho ou ao não-adoecimento, o que mostra que a intersectorialidade imposta por este conceito está presente no discurso das três categoriais envolvidas neste estudo, que significam saúde enquanto qualidade de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Qualidade de vida: a bandeira carregada na busca incessante por construir um “novo mundo possível”. Um mundo em que todas as pessoas tenham uma vida digna, em que os direitos humanos sejam respeitados, em que as escolhas de hoje se traduzam em ganhos para as gerações futuras. É lutando para concretizar esta realidade que pessoas se unem na defesa da saúde e do trabalho.

Esta busca por cidadania remete à história das conquistas dos movimentos sociais pela saúde e por alternativas de geração de trabalho e renda que, hoje, se traduzem em práticas sociais e políticas públicas em permanente construção. É a esta construção cotidiana de cidadania e à relação saúde-trabalho que este estudo se referiu.

Partindo do entendimento que a saúde do trabalhador é determinada pela sua inserção em diversas formas de organização econômica e social, dialogar e conviver com os atores sociais envolvidos no Projeto Esperança/Cooesperança durante a pesquisa, tornou tangível a “sensação” da proximidade discursiva entre saúde e economia solidária.

A ES objetiva a reinvenção das relações sociais de maneira que novas formas de trabalho e vida sejam possíveis. Esta organização do trabalho, apesar de coexistir no modo de produção capitalista, tende a questioná-lo e, em virtude disto, funciona como crítica econômica e política aos seus processos de desenvolvimento. O elemento unificador da ES é a atividade econômica fundada em relações de colaboração solidária, que tem como ponto de partida o trabalhador e sua subsistência e, como principal instrumento de efetivação, a comercialização direta – atividade-chave do Projeto Esperança/Cooesperança.

O conjunto de atividades econômicas solidárias abrange a produção, a distribuição, as finanças e o consumo organizados em forma de rede, de modo a valorizar o trabalho coletivo e o cuidado com a natureza e com a vida humana. Esta forma social de produção objetiva unir viabilidade econômica e autogestão, construindo políticas públicas na projeção de um modelo de sociedade inclusiva rumo a um desenvolvimento sustentável.

O movimento de ES no Rio Grande do Sul se destaca no cenário nacional, apontando a cidade de Santa Maria como um tradicional eixo de rede solidária originada nos primeiros PACs, fomentados pela Cáritas no início da década de 1980. Esta história foi narrada pelos entrevistados que evidenciaram: o objetivo inicial de viabilizar economicamente a vida rural criando alternativas de desenvolvimento que se materializavam em pequenos projetos econômicos; e o permanente diálogo entre representantes da igreja, movimentos sociais, técnicos e pesquisadores da UFSM.

Estes grupos de estudo que pensavam novas formas de organização sócio-econômica associando trabalho, vida e mística religiosa deram origem ao Projeto Esperança/Esperança. Mais de duas décadas depois, fundamentado na cooperação, na autogestão, no trabalho coletivo, na comercialização direta, na agricultura familiar e na proposta agroecológica, o Projeto Esperança/Cooesperança constitui-se uma referência internacional em Economia Solidária. Esta repercussão é resultado do protagonismo de muitos cidadãos que encontraram no trabalho coletivo e em relações econômicas denominadas “alternativas”, possibilidades de promover a inclusão e a justiça social.

Estas diferentes formas de organizar a vida social em torno de empreendimentos solidários têm interferência direta sobre os processos de trabalho e, conseqüentemente, sobre a saúde dos trabalhadores. A saúde é um direito social e refere-se às diferentes escolhas que fazem sujeitos e coletividades satisfazerem suas necessidades de vida. Neste sentido, entre os muitos fatores condicionantes e determinantes da saúde e que a constituem sob uma perspectiva intersetorial, está o trabalho.

O trabalho ocupa um espaço central na vida social, constituindo-se como um fator identitário. Considerando que a inserção nos processos produtivos definem padrões diversificados de morbi-mortalidade, a existência da relação saúde-trabalho parece inquestionável, inclusive no senso comum. Esta legitimação empírica justifica a relação saúde-trabalho como campo de investigação científica, dando à área de Saúde do Trabalhador o significado de prática social.

A Saúde do Trabalhador no Brasil é um campo de atuação do SUS, um objeto de estudo e trabalho da Saúde Pública, que deve ser considerado como vinculado às políticas de caráter econômico e social. Tendo como referência central o conceito de processo de trabalho, a abordagem em ST não se limita a articulações simplifica-

das entre causa e efeito porque considera a dimensão histórica e social do trabalho e do processo saúde-doença.

Neste sentido, a Política Nacional de Segurança e Saúde do Trabalhador indica que o grande desafio para o Estado brasileiro é a abordagem integrada das inter-relações entre segurança, saúde do trabalhador, meio ambiente e modelo de desenvolvimento. Foi com esta intenção que este estudo estruturou-se sob a perspectiva processual do Enfoque Ecosistêmico de Saúde. Esta estratégia foi construída sob o ideal de união entre ciência e sociedade na construção de qualidade de vida coletiva e individual e, por isso, tem como pressuposto os projetos interdisciplinares.

A unidade analítica deste estudo foi o Feirão Colonial, um dos pontos de comercialização do Projeto Esperança/Cooesperança e, em coerência com a proposta metodológica de dar conta de uma dinâmica de interação, as entrevistas envolveram a participação de representantes dos diferentes agentes sociais, constituindo como categorias as lideranças, os trabalhadores rurais e os consumidores. Esta proposta implicou em vivências das rotinas do Projeto e, conseqüentemente, na aproximação com a complexidade das relações - ora uniformes, ora discordantes - estabelecidas em torno do processo de comercialização direta de hortifrutigranjeiros.

A comercialização direta é, sem dúvida, o ponto referencial para a existência do Projeto que, resgatado em sua origem pelos entrevistados, destacou a figura do “colono escravizado” e o objetivo inicial de reduzir o isolamento e a pobreza rural. Mas um aspecto a ser destacado é que em muitos discursos, com exceção das lideranças (que têm um discurso marcadamente ideológico e teoricamente embasado), os termos Projeto, Economia Solidária e Comercialização foram constantemente utilizados como sinônimos.

Esta mistura de conceitos revela algumas discrepâncias entre a idealização e a execução dos processos de trabalho e, neste sentido, merece registro o questionamento realizado por um consumidor enquanto falava da cadeia solidária que deveria começar no plantio: “O que é um projeto solidário de economia?”.

O Projeto foi definido pelos entrevistados sempre tendo como referência a comercialização: um modo alternativo de inserção econômica gerador de trabalho e renda, agregador e inclusivo, que valoriza a agricultura familiar, a autogestão e os processos naturais de vida. Estas considerações aparecem também quando se fala em ES como uma estratégia de enfrentamento à exclusão, partindo do pressuposto

de que a cadeia se constrói desde a concepção da produção até o consumo solidário e consciente.

Sob esta ótica, considerando o conceito ampliado de saúde, foi unânime a percepção dos agricultores entrevistados quanto à melhora de qualidade de vida a partir da participação no Projeto. Esta qualificação pode ser atribuída à geração de renda, grande objetivo da comercialização direta, mas também deve ser considerada pela mudança nos processos de trabalho que tem repercussão na saúde dos trabalhadores. Os discursos aqui apresentados trouxeram elementos que evidenciam que a inclusão no Projeto leva a alterações significativas nos elementos considerados determinantes e condicionantes da saúde, especialmente à alimentação, ao contato com os insumos químicos, ao ritmo e à diversificação do trabalho.

A saúde foi descrita relacionando mudanças em hábitos de vida e processos de trabalho, que além de melhoras no acesso a bens e serviços essenciais, trouxeram a auto-estima, a liberdade, a motivação, a afetividade, a valorização da família e do senso coletivo e a busca constante de convivência harmônica com a natureza. Assim, é possível afirmar que, para os entrevistados, a inserção no projeto qualifica a vida dos trabalhadores. Exemplos disso são os relatos sobre as vantagens do abandono da fumiçultura e pela unânime melhora na qualidade da alimentação, apesar de não se poder afirmar que a maioria da produção seja ecológica.

Porém, existem momentos em que a idealização inerente aos princípios de ES e de saúde parecem distanciar-se da prática da comercialização. E, aqui, merecem destaque dois aspectos que têm importante repercussão no desejável consumo consciente: o lugar desta “alternatividade” econômica, que muitas vezes foi caracterizada (tanto por consumidores, quanto por produtores) como uma relação de compra e venda convencional; e a dificuldade de caracterização das atividades produtivas como ecologicamente corretas.

Estes foram pontos de divergência discursiva entre os entrevistados quando se trata do Feirão ser um espaço consolidado que, para os consumidores, constituiu-se como uma oportunidade de ter acesso a produtos “orgânicos” ou “naturais” e, simultaneamente, à incerteza dos próprios consumidores em relação a estes produtos descritos como “menos agressivos” ou “mais naturais”.

As lideranças afirmam que a meta do Projeto é a produção orgânica e que o suporte técnico depende de financiamento público e é dado na “tentativa” de diminuir

os insumos nas propriedades. Assim, este processo de transição agroecológica parece ser um ponto crítico no Projeto, tendo repercussão direta na saúde dos trabalhadores e no respeito aos direitos do consumidor.

O conhecimento e a identificação pessoal e coletiva com os princípios de ES parece ser um marco definidor para o efetivo desenvolvimento de atividades produtivas ecologicamente corretas, centradas no trabalho familiar e na valorização do papel social dos agricultores. É aí que a formação baseada em princípios de educação popular ganha relevância já que procura fomentar a identidade coletiva, a sensação de pertencimento e, conseqüentemente, a progressiva adesão dos grupos aos princípios de ES. Ficou evidente nas entrevistas que os agricultores que incorporam estes princípios fazem de sua prática produtiva exemplos de empreendimentos economicamente viáveis, socialmente justos e ecologicamente corretos.

Os conceitos de economia solidária e saúde aqui apresentados aproximaram-se em suas múltiplas implicações sobre a vida, o trabalho, o consumo, as relações sociais e com o meio ambiente. E tudo isto reforça a relação entre as atividades econômicas denominadas solidárias e os processos de saúde-doença dos trabalhadores, uma relação ainda pouco explorada nos estudos do campo definido como Saúde do Trabalhador.

Assim, espera-se que esta pesquisa possa servir como um estímulo para que a interface economia-saúde aqui estabelecida sirva de motivação para novos estudos que aproximem diversas áreas do saber; também, para que tais estudos, incluídos na cadeia solidária, possam materializar-se em práticas sociais saudáveis que valorizem efetivamente a Saúde do Trabalhador através da promoção de um desenvolvimento eqüitativo, justo e solidário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas, SP: Unicamp, 1992.

ADAMS, T. **Educação e economia popular solidária – mediações pedagógicas do trabalho associado**. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2010.

ALMEIDA, W.F. **Trabalho agrícola e sua relação com saúde/doença**. In: Mendes, R.(Org.) *Patologia do trabalho*. Rio de Janeiro: Atheneu, 1995. p. 487-543

ASSEBURG, H.B; OGANDO, C.B. **A Economia solidária no Rio Grande do Sul – resultado do primeiro mapeamento nacional – a perspectiva dos direitos humanos**. Cartilha de Economia Solidária. San Jose, Costa Rica: UNESCO, 2006.

ANTEAG. **Autogestão e economia solidária: uma nova metodologia**. São Paulo, SP: ANTEAG – Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão e Participação Acionária, v.3, 2007.

ARRUDA, M. **Globalização e ajuste neoliberal: riscos e oportunidades**. Revista Tempo e Presença. Rio de Janeiro, ano 17, n. 284, nov/dez,1995.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 3.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BERTUCCI, A. A; ALVES DA SILVA, R.M. **Vinte anos de economia popular solidária – trajetória da Cáritas Brasileira dos PACs à EPS**. Brasília, DF: Cáritas Brasileira, 2003.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: 1988.

BRASIL. **Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 19 set. 1990a.

BRASIL. **Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990**. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 31 dez. 1990b.

BRASIL. **8ª Conferência Nacional de Saúde**. Brasília, DF, 1986.

BRASIL. **Tecnologia Social: Uma estratégia para o Desenvolvimento**. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Banco do Brasil, 2004.

BRASIL, **Programa Nacional de Saúde e Segurança do trabalhador – PNSST**. Brasília, DF: 2004.

BRASIL, **Política Nacional de Promoção de Saúde**. Série Pactos pela saúde. V.7. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2006.

BOBBIO, N. et al. **Dicionário de política**. 5. ed. São Paulo, SP: Imprensa Oficial do Estado, 2003.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova extensão rural**. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, v.1, n.1, p.16-37, 2000 a.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova Extensão Rural**. Desenvolvimento rural: potencialidades em questão. Santa Cruz do Sul: EDUSC, p.19-52, 2001 b.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia. Enfoque científico e estratégico para apoiar o desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre: EMATER/RS, p.48, 2002.

CÁRITAS BRASILEIRA. **25 Anos de economia popular solidária**. Série Cartilhas, Brasília, DF: Cáritas Brasileira, n. 2, 2006.

CARNEIRO, G.. **Outro consumo é possível**. Curitiba, PR: CEFURIA, 2009.

CEFURIA. **Que mundo estamos construindo?** Série História Social do Trabalho. Caderno 5. CEFURIA: Curitiba, PR, 2006.

CFES. **Caderno de Textos do 2º Curso Nacional de Formação de Formadores em Economia Solidária.** Brasília, DF: CFES/TEM, 2009.

CHEDIACK, R. **Salud ocupacional en el campo de los agriquímicos.** In Centro Pan– Americano de Ecología y Salud Organización Panamericana de La Salud (orgs). *Plaguici da salud y ambiente : memorias de los talleres de San Cristóbal de Las Casas.* Chiapa, México, p.119-139,1986.

CONIC. **Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil/ Campanha da Fraternidade Ecumênica 2010: Manual.** Brasília, DF: Edições CNBB, 2009.

CORAGGIO, J.L. **Repensando la política urbana metropolitana ante el embate de la globalization.** Buenos Aires: Mimeo, 1997.

CORREA, M.J.M et al.. **Política de atenção integral à saúde do trabalhador: a experiência do Estado do Rio Grande do Sul.** In ARC Merlo (org.). *Saúde e trabalho no Rio Grande do Sul: realidade, pesquisa e intervenção.* Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 289-316, 2004.

COSTA DIAS, E. et al. **Doenças relacionadas ao trabalho: manual de procedimentos para os serviços de saúde.** Brasília, DF: Ministério da Saúde. OPAS/OMS, Brasil, 2001.

DIAS, E. C.; MELO, E.M. **Políticas públicas em saúde e segurança no trabalho.** in:Mendes, R. (org.) *Patologia do Trabalho.* 2 ed. Rio de Janeiro: Atheneu, v.2, p.1683-1720, 2002.

DILL, L.; BERTUCCI, A.; MACHADO, L. M. O. **Feira de economia popular solidária de Santa Maria: uma experiência aprendente e ensinante.** Porto Alegre, RS: Evangraf, 2006.

DILL, L. et al. **Feirão colonial 17 anos. Aqui uma outra economia acontece.** Santa Maria, RS: Projeto Esperança/Cooesperança, 2009.

DILL, L. **Feirão Colonial tem 18 anos de história.** In *Jornal da 17ª Feira Estadual do Cooperativismo.* Santa Maria, RS: Projeto Esperança/Cooesperança, 2010.

DILL, L.; HUBERT, H.A. **17ª FEICOOP: Uma feira aprendente e ensinante**. In Jornal da 17ª Feira Estadual do Cooperativismo. Santa Maria, RS: Projeto Esperança/Cooesperança, 2010.

FARIA, N.M.X. et al. **Trabalho rural e intoxicações por agrotóxicos**. Caderno de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v.20, p.1298-1308, 2004.

FBES. **IV Plenária nacional de economia solidária: relatório final**. Brasília, DF: Fórum Brasileiro de Economia Solidária, 2008.

FBES. **Manifesto de apoio à feira de Santa Maria**. In Jornal da 17ª Feira Estadual do Cooperativismo. Santa Maria, RS: Projeto Esperança/Cooesperança, 2010.

GAIGER, L.I.G. **O trabalho ao centro da economia popular solidária**. In: Anais do XXIII Encontro anual da PONCS. Caxambu, MG: ANPONCS, 1999.

GARCIA, E. G.; FILHO, J. P. A. **Aspectos de prevenção e controle de acidentes no trabalho com agrotóxicos**. São Paulo: Fundacentro, p.52, 2005.

GARCIA, E. G.; ALMEIDA, W. F. **Exposição dos trabalhadores rurais aos agrotóxicos no Brasil**. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional. v. 19, n. 72, p. 7 - 11, 1991.

GIRALDO, L. A. **Teoria e prática na ação do sanitarista: a questão da saúde e do ambiente**. Cadernos de Saúde Coletiva, v.13, p.9-26, 2005.

GLIESSMAN, S. **Agroecology: ecological processes in sustainable agriculture**. Chelsea: Ann Arbor Press, 1997.

GUZMÁN, E. S. El marco teórico de la agroecología. In: GUZMÁN, E. S. **Desde el pensamiento social agrario**. Córdoba: Servicio de Publicaciones Instituto de Sociología y Estudios Campesinos, Universidade de Córdoba, p. 221-248, 2006.

GRISOLIA, C.K. **Agrotóxicos: mutações, câncer e reprodução**. Brasília, DF: UnB, 2005.

GOERCK, C.. **Programa de economia solidária em desenvolvimento: sua contribuição para a viabilidade das experiências coletivas de geração de trabalho e renda no Rio Grande do Sul.** Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social – PUC/RS. Porto Alegre: 2009.

GUERRA, P. **Santa Maria en el marco de las ferias latinoamericanas de Economía Solidária.** In Jornal da 17ª Feira Estadual do Cooperativismo. Santa Maria, RS: Projeto Esperança/Cooesperança, 2010.

ICAZA, A.M.S; FREITAS, M.R. (org.) **O Projeto esperança/cooesperança e a construção da economia solidária no Brasil – relato de uma experiência.** Porto Alegre, RS: Cáritas Brasileira, 2006.

LANGE, C. M. **A construção de conhecimentos em espaços de economia popular solidária (o sentido pedagógico do projeto esperança/cooesperança).** Ijuí, RS: Pallotti, 2009.

LECHAT, N. M. P. **As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil.** In: Anais do Seminário de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares. Campinas, SP: UNICAMP, 2002.

MERLO, Á. R. C. **Para ampliar o debate sobre a saúde dos trabalhadores.** Revista Ciência e Saúde Coletiva, v. 10, n. 4, Dec. 2005.

MINAYO, M. C.S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 2. ed., São Paulo: Hucitec, 1997.

MINAYO, M. C.S.; ALVES, P. C. **Saúde e doença: um olhar antropológico.** Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1994.

MINAYO-GOMES, C.; THEDIM-COSTA, S. M. F. **A construção do campo da saúde do trabalhador: percursos e dilemas.** Cadernos de Saúde Pública, n. 13, v. 2, p. 21-32, 1997.

MTE. **Projeto de desenvolvimento local e economia solidária: diretrizes conceituais e estratégia.** Brasília, DF: MTE, 2006.

MTE. **II CONAES traça novos rumos para a economia solidária.** In Jornal da 17ª Feira Estadual do Cooperativismo. Santa Maria, RS: Projeto Esperança/Cooesperança, 2010.

NIELSEN, N. O. **Ecosystem approaches to human health.** Caderno de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v.17, p.69-75, 2001.

NORGAARD, R. B. **A base epistemológica da agroecologia.** In: ALTIERI, M. A.(ed.). Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa. Rio de Janeiro: PTA/FASE, p.42-48.1989.

NUNES, L.E. **Trocas Solidárias como educação popular.** In Jornal da 17ª Feira Estadual do Cooperativismo. Santa Maria, RS: Projeto Esperança/Cooesperança, 2010.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. **Diretrizes sobre Sistemas de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho – Programa de Saúde no Trabalho.** Brasília, DF:OIT, 2002.

PERES, F.; MOREIRA, J. C.; DUBOIS, G. S. **Agrotóxicos, saúde e ambiente: uma introdução ao tema.** In: Peres, F. e Moreira, J. C. É veneno ou é remédio? agrotóxicos, saúde e ambiente. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, v. 1, p. 21-41, 2003.

PERES, F.; LUCCA, S. R.; PONTE, L. M. D.; RODRIGUES, K. M.; ROZEMBERG, B. **Percepção das condições de trabalho em uma tradicional comunidade agrícola em Boa Esperança, Nova Friburgo, Rio de Janeiro, Brasil.** Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 20, n. 4, p. 1059 – 1068, jul/ago, 2004.

PLANSEQ. Apostila do plano de qualificação PLANSEQ 2010. Brasília, DF: MTE/SENAES, 2010.

PORTO, M. F. **Saúde do trabalhador e o desafio ambiental: contribuições do enfoque ecossocial, da ecologia política e do movimento por justiça social.** Ciência e Saúde Coletiva, v. 10, p. 829-839, 2005.

RAZETO, L. **Economia de solidariedade e organização popular.** In Gadotti, M: Gutierrez, F. (orgs.). Educação Comunitária e Economia Popular. 2 ed. São Paulo, SP: Cortez, 1999.

RUTKOWSKI, J.; LIANZA, S. **Sustentabilidade de empreendimentos solidários: que papel espera-se da tecnologia?**. In: Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, p.167-186, 2004.

SENNA DA SILVA, J. F. et al. **Legislação em saúde: caderno de legislação em saúde do trabalhador**. 2 ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2005.

SIES. **Economia solidária: mapeamento São Paulo 2005-2007**. São Paulo, SP: Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária, 2008 a.

SIES. **Economia solidária: mapeamento do Rio Grande do Sul**. São Leopoldo, RS: Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária, 2008 b.

SINGER, P. **A Economia solidária no governo federal**. In: Revista mercado de trabalho, Brasília, DF: IPEA, n. 24, p.03-05, 2004.

SINGER, P.; SOUZA, A. R. **A Economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo, SP: Contexto, 2000.

SINGER, P.; KRUPPA, S.M. P.. **Senaes e a economia solidária – democracia e participação ampliando as exigências de novas tecnologias sociais**. In BRASIL. Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Banco do Brasil, 2004.

TÉVOÉDJERE, A. **A pobreza, riqueza dos povos – a transformação pela solidariedade**. 3. ed. São Paulo, SP: Vozes, 2002.

As Lideranças



Begair do Carmo Flores - professora estadual aposentada e massoterapeuta. É voluntária no projeto desde 2003. Participa do grupo Viva Melhor faz parte do colegiado e desenvolve atividades de formação e educação continuada.



Luiz Antônio Comasseto – Agricultor, no projeto desde 2000. Faz parte do grupo ASEV (Associação Sítio Ecológico da Vovó) e compõe a direção do Projeto na Comissão da Agricultura Familiar e Agroindústria. Atua na área sindical como presidente da ASSINTRAF (Associação dos Agricultores Familiares da Região Centro do RS)

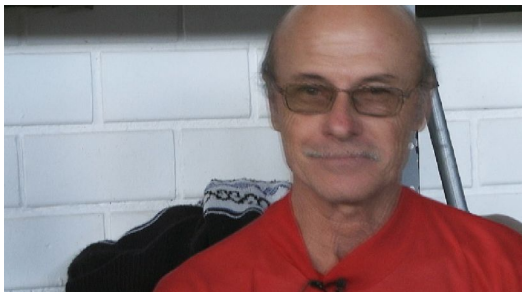


Lourdes Maria Staudt Dill – filha de pequenos agricultores, dedicou-se à vida religiosa na Congregação Filhas do Amor Divino. Tem licenciatura Plena em Economia Doméstica, Extensão Urbana e Rural pela Universidade de Passo Fundo. Participa do projeto desde seu início e o coordena desde 1987.



Marcos Roberto Diehl – agrônomo. Participa do projeto desde 2005 quando fazia parte do grupo GATS (Grupo de Agroecologia Terra Sul) da UFSM. Hoje dá suporte técnico aos agricultores com o objetivo de qualificar a produção diminuindo o uso de insumos sintéticos e apoio logístico, para o desenvolvimento de hortas comunitárias em espaços urbanos

Os agricultores



João André Righi – Agricultor. No projeto desde 2000. Participa do grupo AUPIC (Associação Unidos dos Produtores do Cooperativismo) do distrito de Santa Flora – Santa Maria – RS.



Maria Marlene Rodrigues – Agricultora em São Pedro do Sul - RS. No projeto desde 2005. Participa do grupo AEPAS (Associação Ecológica dos Parceiros do Solo).



Luiz Antônio Tavella – Agricultor em Itaara - RS. No projeto desde 2000. Participa do grupo ASEV (Associação Sítio Ecológico da Vovó).



Oldemar Streck – Agricultor no distrito de Palma – Santa Maria – RS. No projeto desde 2000. Participa do grupo UNIFAR (União Familiar Rural) e compõe a direção do Projeto na Comissão da Agricultura Familiar e Agroindústria.

Os consumidores



Celso Ilgo Henz - Professor do Centro de Educação da UFSM. Hoje é consumidor e colaborador em atividades de educação.



Guacira Kirenhof Rodrigues – dona de casa e consumidora. Afirma que vai à Feira todos os sábados em busca de “produtos saudáveis”.



Clei Genoveva Biguelin - Professora estadual em Educação de Jovens e Adultos e Fisioterapeuta. Consumidora indicada pelos produtores.



Jarbas Luiz Kniphoer da Cruz - Militar. Refere que a esposa já participou do projeto no segmento de artesanato. Consumidor há três anos, o que busca na feira são produtos “mais naturais”.



Encarnación Almudi – nascida na Espanha, naturalizada brasileira, formou-se em Biologia pela UFSM. Professora aposentada da UFSM, hoje apresenta o programa “Encarnación” na TV Campus. Já participou do Projeto como membro da ONG Biofuturo e qualifica-se como uma “defensora da produção orgânica”. Hoje frequenta a feira como consumidora de produtos livres de insumos químicos.



Jun Sukekava - Natural do Paraná, formado em direito, policial civil. Consumidor há 5 anos. Refere que busca “alimentos saudáveis”.